

**ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA
DE VITÓRIA – EMESCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

FABIULA PEÇANHA DA SILVA

**INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS E ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PRESIDENTE
KENNEDY- ES**

VITÓRIA
2021

FABIULA PEÇANHA DA SILVA

INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PRESIDENTE KENNEDY- ES

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória EMESCAM, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Área de Concentração: Políticas de Saúde, Processos Sociais e Desenvolvimento Local.

Linha de Pesquisa: Serviço Social, Processos Sociais e Sujeitos de Direito.

Orientadora: Profª Drª Angela Maria Cauty Santos da Silva

VITÓRIA

2021

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
EMESCAM – Biblioteca Central

S586i Silva, Fabiula Peçanha da
Intersectorialidade nas políticas : educação de jovens e adultos e assistência social em Presidente Kennedy – ES / Fabiula Peçanha da Silva. - 2021.
99 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Angela Maria Caulyt Santos da Silva.

Dissertação (mestrado) em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local – Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM, 2021.

1. Políticas públicas. 2. Educação de jovens e adultos – Presidente Kennedy (ES). 3. Assistência social. 4. Intersectorialidade. I. Silva, Angela Maria Caulyt Santos da. II. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, EMESCAM. III. Título.

CDD 374.981

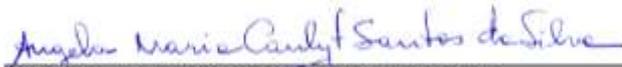
FABIULA PEÇANHA DA SILVA

**INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS E ASSISTÊNCIA SOCIAL EM PRESIDENTE
KENNEDY-ES**

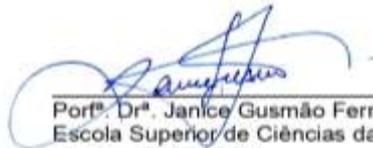
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Aprovada em 21 de julho de 2021.

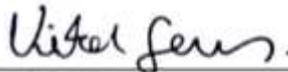
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Angela Maria Caulyt Santos da Silva
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de
Vitória – EMESCAM
Orientadora



Prof.ª Dr.ª Janice Gusmão Ferreira de Andrade
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de
Vitória – EMESCAM



Prof. Dr. Vitor Gomes
Universidade Federal do Espírito Santo- UFES

Dedico este trabalho aos meus familiares que sempre me apoiaram, em especial, ao meu marido Amilton Dias Lima, aos meus filhos Milena Peçanha da Silva e Miguel Peçanha da Silva Lima, à minha mãe Audiléia Peçanha da Silva, ao meu pai Salim Emilia da Silva, aos meus irmãos Glaucia, Gustavo, Fabiana e Aleff e à minha sobrinha Narely da Silva Souza.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, à minha família pelo apoio imprescindível para esta caminhada, principalmente aos meus filhos Milena Peçanha da Silva, Miguel Peçanha da Silva Lima e ao meu marido Amilton Dias Lima, que sempre tiveram em mim um exemplo de persistência e determinação. Muito obrigada pela paciência e carinho e o apoio. Amo vocês!

Faço um agradecimento especial a meu ex-marido Ademir Caetano De'nadai que me apoiou para iniciar minha vida acadêmica.

À prefeita Amanda Quinta que acreditou na educação implantando o Programa de Desenvolvimento do Ensino Superior e Técnico no Município de Presidente Kennedy (PRODES/PK), de forma abrangente até o mestrado e doutorado, podendo igualar as oportunidades para os munícipes de Presidente Kennedy-Espírito Santo.

Aos educandos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de Presidente Kennedy com quem tive o prazer de aprender enquanto educadora regente de sala de aula. Muito obrigada!

Aos meus pais Audiléia Peçanha da Silva e Salim Emília da Silva que foram minha primeira inspiração e eternos incentivadores, pois desde minha graduação em Pedagogia me apoiaram e minha mãe, ao acreditar em minha formação, se matriculou na minha primeira turma de EJA, mostrando, a todo momento, que tem muito orgulho de sua filha. Meu muito obrigada!

Aos meus irmãos Glaucia, Gustavo, Fabiana e Aleff, cada um à sua maneira me incentivaram e me ajudavam.

À minha sobrinha Narely da Silva Souza que muitas vezes esteve ao meu lado me ajudando nos estudos. E como não agradecer à minha mestra e orientadora Prof^a. Dr^a. Angela Maria Caulyt Santos da Silva, que foi minha mentora, munida de uma sensibilidade ímpar, outrora mais amiga que orientadora.

À Gabriela e toda a equipe da EMESCAM, pois sempre estiveram disponíveis quando solicitada. E à minha filha Milena que esteve sempre do meu lado, sendo minha fortaleza em todos os sentidos e foi minha inspiração para que eu ultrapassasse meus limites. Obrigada!

Essa conquista não é só minha, é de cada um de vocês!

Obrigada por estarem sempre ao meu lado!

“Não deixe de falar no momento oportuno, e não esconda a sua sabedoria, porque é pelo falar que se reconhece a sabedoria e é pela palavra que se percebe a instrução”. Eclesiástico 4.23-24

“Deem graças em todas as circunstâncias, pois esta é a vontade de Deus para vocês em Cristo Jesus”;
1. Tessalonicenses 5:1

RESUMO

A promulgação da Constituição Federal do Brasil, de 1988, assegurou direitos sociais aos cidadãos, por meio da implantação de políticas públicas, para o enfrentamento de desigualdades sociais. Nesta perspectiva, discute-se a intersetorialidade nas políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Assistência Social, em especial, sobre a compreensão de seus gestores, com vistas a imprimir a operacionalidade dessas políticas aos municípios que delas necessitam, de modo a despertá-los a novas expectativas de vida, com emancipação e melhoria do perfil socioeducativo. Problematizou-se: Onde as políticas públicas devem atuar com mais empenho para que seja potencializada a emancipação do grande número de usuários? O que falta para que ocorra a emancipação destas famílias? Como implantar estratégias socioeducacionais que venham a promover a intersetorialidade? Objetivou-se identificar a intersetorialidade das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Assistência Social no município de Presidente Kennedy - ES, especificamente: conhecer a percepção dos gestores municipais da EJA e da Assistência Social sobre a intersetorialidade nessas políticas públicas; e identificar as ações intersetoriais das políticas públicas da EJA e da Assistência Social no município. Pesquisa qualitativa, descritiva, empírica, documental, de estudo de caso, na qual se realizou entrevista semiestruturada com cinco gestores da Assistência Social e quatro da Educação, no contexto desafiador de eleições municipais e da pandemia de covid-19. Os dados foram organizados, categorizados em 12 eixos temáticos com subeixos e unidades de registro, e analisados com a técnica Análise de Conteúdo. Os resultados evidenciaram que a intersetorialidade é pouco exercida pelos gestores, sobretudo, constatou-se, em suas práticas cotidianas, que há pouca familiaridade com este mecanismo de gestão pública e informalidade para a efetividade de articulação entre as Secretarias, como também a inexistência de planos intersetoriais de intervenção junto aos municípios, público-alvo de ambas as políticas públicas. Conclui-se que, no processo da pesquisa, reflexões foram desencadeadas a novas formas para gestar essas políticas e intensificar o mecanismo da intersetorialidade nas políticas públicas municipais. E foi deslumbrado que a gestão municipal carece de planejamento com enfoque intersetorial, valorizar espaços de diálogo, trocas e deliberações em prol do dinamismo e efetividade na administração

dessas políticas públicas e, sobretudo, com enfoque da emancipação dos sujeitos de direito.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação de Jovens e Adultos. Assistência Social. Intersetorialidade.

ABSTRACT

The enactment of the Federal Constitution of Brazil, in 1988, assured social rights to citizens, through the implementation of public policies, to face social inequalities. In this perspective, the intersectoriality in public policies for Youth and Adult Education (EJA) and Social Assistance is discussed, in particular, on the understanding of its managers, with a view to imprinting on the operation of these policies, the citizens who need them, way to awaken them to new life expectations, with emancipation and improvement of the socio-educational profile. It was questioned: Where should public policies act with more effort so that the emancipation of the large number of users is enhanced? What is missing for the emancipation of these families to take place? How to implement socio-educational strategies that promote intersectoriality? The objective was to identify the intersectoriality of public policies for Youth and Adult Education (EJA) and Social Assistance in the city of Presidente Kennedy - ES, specifically: to know the perception of municipal managers of EJA and Social Assistance on the intersectoriality in these policies public; and identify the intersectorial actions of EJA and Social Assistance public policies in the municipality. Qualitative, descriptive, empirical, documental, case study research, in which a semi-structured interview was carried out with five managers from Social Assistance and four from Education, in the challenging context of municipal elections and the Covid-19 pandemic. Data were organized, categorized into 12 thematic axes with sub-axes and registration units, and analyzed using the Content Analysis technique. The results showed that intersectoriality is little exercised by managers, especially it was found in their daily practices, that there is little familiarity with this public management mechanism and informality for the effectiveness of articulation between the Secretariats, as well as the lack of intersectoral plans for intervention with citizens, target audience of both public policies. It is concluded that in the research process, reflections were triggered on new ways to manage these policies and intensify the mechanism of intersectoriality in municipal public policies. And it was dazzled that municipal management lacks planning with an intersectoral focus, valuing spaces for dialogue, exchanges and deliberations in favor of dynamism and effectiveness in the administration of the public policies and, above all, with a focus on the emancipation of the subjects of law.

Keywords: Public policy. Youth and Adult Education. Social assistance. Intersectoriality. Emancipation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Centro de Referência da Assistência Social e os Serviços de Proteção Básica	34
Quadro 2 - Dados gerais do Programa Bolsa Família referente ao Município de Presidente Kennedy-ES	35
Quadro 3 - Centro de Referência da Assistência Social e os Serviços de Proteção Básica	37
Quadro 4 - Centro de Referência da Assistência Social e os Serviços de Proteção Básica	37
Quadro 5 – Eixos norteadores do trabalho social - CRAS e CREAS	38
Quadro 6 - Entendimento sobre as Políticas Públicas	56
Quadro 7- Análise da Política Pública de Educação	58
Quadro 8- Avaliação da Política Pública de Educação de Jovens e Adultos	60
Quadro 9 - Avaliação da Política Pública de Assistência Social.....	63
Quadro 10 - Diálogos entre as Políticas Públicas no Município de Presidente Kennedy	66
Quadro 11 - Exemplos de como as Políticas Públicas no Município de Presidente Kennedy poderiam dialogar.....	68
Quadro 12- Entendimento sobre a Intersetorialidade entre as Políticas Públicas no Município de Presidente Kennedy.....	71
Quadro 13- Proposições de Ações e/ou Projetos Intersetoriais para as Políticas Públicas da Educação de Jovens e Adultos e da Assistência Social no Município de Presidente Kennedy	74
Quadro 14- Emancipação das famílias usuárias das Políticas Públicas no Município de Presidente Kennedy depende de... ..	76
Quadro 15- Ações que poderiam ser mais potencializadas pelo poder público municipal de Presidente Kennedy para favorecer a emancipação das famílias usuárias dessas Políticas Públicas	78
Quadro 16 - Implementação de estratégias socioeducacionais que possam promover a articulação entre as Políticas Públicas de Presidente Kennedy, em prol da intersetorialidade.....	81
Quadro 17 - Possibilidades de ações com vistas à efetivação da Intersetorialidade entre as Políticas Públicas no Município de Presidente Kennedy.....	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de analfabetismo a nível nacional.....	43
Gráfico 2 – Taxa de analfabetismo por sexo, cor raça por grupo etário – 2016-2018	44
Gráfico 3 – Nível de instrução a partir de 25 anos	45

LISTA DE SIGLAS

CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada da Assistência Social
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP Teixeira	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
NOB	Norma Operacional Básica
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PNE	Plano Nacional de Educação
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SCO	Sociedade Civil Organizada
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	28
2.1 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	33
2.2 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS	36
2.3 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS - PAEFI	38
3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO	41
3.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA.....	46
4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS.....	88
APÊNDICES	95
APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA	95
ANEXOS	96
ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	96

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Paulo Freire (1996), devemos “ler o mundo dos nossos educandos”, isso possibilita compreender as vulnerabilidades, o que possibilita um olhar mais humano, para encontrar o ponto que poderá direcionar a uma metodologia voltada à emancipação do ser humano, que vive numa sociedade desigual e competitiva e assim, programar novas formas de administrar as políticas públicas.

Denominamos políticas públicas como ações sociais coletivas, que objetivam garantir direitos perante a sociedade, com compromissos e tomadas de decisões com determinadas finalidades. Os serviços da política de Assistência Social e Educação apesar de, em princípio, terem o mesmo objetivo de atender o cidadão de forma que o potencialize a colaborar para o crescimento da sociedade, diante disso, observa-se que a intersectorialidade ainda não funciona efetivamente como deveria.

Entende-se que a intersectorialidade é um mecanismo de gestão que faz a integração de ações, esforços e saberes entre diferentes setores da política pública, visando à construção de objetos comuns de intervenção entre eles, para que possam enfrentar, de forma mais articulada, os problemas sociais. Essas áreas possuem dados que, se forem utilizados com ações pensadas em conjunto, de maneira integrada, a partir destas ações intersectoriais, farão com que eles encontrem soluções coletivas. De acordo com Franzini (2017):

Analisa-se a intersectorialidade como estratégia de gestão pública [...] é a intersectorialidade aplicada aos modelos de gestão como inovação das políticas. A intersectorialidade é marco legal das políticas podendo ser fator de garantia ou revitimização. É necessário que gestores e profissionais efetivem mecanismos permanentes para fortalecer a intersectorialidade quebrando o paradigma da fragmentação (FRANZINI, 2017, p. 14).

Sobretudo, a afirmação de que é função do Estado promover o bem-estar da sociedade é a verdade mais comum; outra forma de se compreender isto, é que as políticas públicas são a totalidade de ações, metas, e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam com o objetivo de proporcionar a sociedade bem-estar e garantia de direitos básicos, buscando assim, contemplar o interesse público em sua maioria.

Concebe-se que a política pública é implantada com vistas ao desenvolvimento socioeconômico de um povo. A sociedade, por via de suas representações de grupos organizados como Sociedade Civil Organizada (SCO), a qual inclui em sua composição sindicatos, entidades de representação empresarial e associações de moradores, associações patronais e ONGs em geral, são as vozes do povo dentre outros. A “Constituição Cidadã”, de 1988, assegurou o direito a um amplo conjunto de conquistas civis, políticas e sociais enquanto responsabilidade do Estado democrático (BRASIL, 1988).

Conquistas como essas garantem os direitos da sociedade, imprimindo aos segmentos sociais, culturais, étnicos e econômicos, a função de promover o bem-estar da sociedade. Além disso, existem ações permanentes que têm como foco o bem-estar do ser humano nas áreas da saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, lazer, transporte, segurança, e outras, de forma a contemplar a qualidade de vida da população como um todo.

Nesse sentido, as políticas sociais como Educação e Habitação, Trabalho e Transporte, Segurança Alimentar e Nutricional, e Lazer e Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência Social), configuraram-se como uma das mais importantes vitórias políticas de segmentos da classe trabalhadora (urbana e rural) na jovem democracia do país. Direitos balizados sobre princípios como participação, equidade e universalidade também foram assegurados pelo texto da lei (LOPES, 2019, p. 155).

Desta forma, uma esplanada sobre o assunto pode levar a identificar questões que precisam de mais atenção.

A Assistência Social foi regulamentada somente em 1993, através Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e define a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado, enquanto política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública, para garantir o atendimento às necessidades básicas. A política de Assistência Social tem como objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância e à velhice, o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção e integração ao mercado de trabalho, a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiências e a promoção de sua integração à vida comunitária (BRASIL, 1993).

A intersectorialidade representa um papel conciso ao Programa Bolsa Família trazendo um maior diálogo com a política pública de Educação e Assistência Social, uma vez que se constitui enquanto condicionalidade para permanecer no Programa e ser

beneficiado não só com este benefício, mas com muitos outros como o *ticket* feira, o *ticket* gás e outros que variam com o perfil do usuário, porém ambos estão condicionados a renda, a vulnerabilidade social, a frequência escolar dos filhos e o acompanhamento da saúde, como a vacinação e a pesagem.

Ainda que ocorram avanços no âmbito das garantias dos direitos sociais, as políticas intersetoriais desempenham função social efetiva à coletividade capitalista buscando amenizar os procedimentos da “questão social” referentes à educação. Conforme destaca Pastorini (2004, p. 110):

A “questão social” vincula-se estreitamente à questão da exploração do trabalho, ou seja, a “questão social” apresenta-se, desde as suas primeiras manifestações. Estreitamente vinculada à questão da exploração capitalista, à organização e mobilização da classe trabalhadora na luta pela apropriação da riqueza social.

A Política Nacional de Assistência Social PNAS/, através da Norma Operacional Básica NOB/SUAS, reimpressa em 2005, apresenta a característica do público atendido pela Assistência Social como sendo

[...] formado por cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de eficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p.33).

Dado o perfil do público atendido pela Assistência Social, para que ocorra o trabalho social de forma abrangente, é necessário conceber uma gestão intersetorial onde projetos e programas sejam criados com foco na emancipação socioassistencial, através de ações intersetoriais que envolvam as duas políticas públicas aqui pesquisadas.

Por outro lado, este público não tem condições de sequer fazer cursos de capacitação dado ao fato de que, além da distância para que possa participar, há também a falta de escolaridade, uma vez que, a Educação de Jovens e Adultos é uma sugestão e

não uma condicionalidade, para permanecer nos programas. Sendo assim, esse público permanece na situação de analfabeto e desempregado.

Vale destacar que esse tema desperta o interesse, principalmente o da pesquisadora que por inúmeros motivos, dentre eles, pelo fato da mesma ter sido educanda da EJA. Habita no município pesquisado, onde atua como técnica pedagógica e como Educadora na modalidade EJA, além de se inserir na equipe técnica da política de Assistência Social e com isso, percebeu as questões das quais necessitam de uma maior atenção. Perante a realidade concreta, é nítida a dificuldade de ocorrer a intersetorialidade, bem como o compartilhamento de informações pertinentes a ambos os setores.

Diante da prática nas políticas de Assistência Social e Educação, mais especificamente na modalidade EJA, observa-se que estes serviços apresentam uma semelhança irrefutável, pois ambos estão inseridos nas mesmas políticas e sendo que uma maioria, quase que permanente. Por este motivo é afirmado com propriedade que essas duas alavancas da sociedade a política de Educação de Jovens e Adultos e Assistência Social possuam, entre elas, uma visão conjunta bem como o mesmo objetivo. Potencializar esses educandos e usuários para que tenham motivação, base e incentivo, vislumbrando sua independência social e financeira através de um trabalho que desenvolva um todo deste indivíduo e não fragmentos de forma distinta. A emancipação é necessária para que esta geração de adultos possua condições de formar jovens menos dependentes de políticas existencialistas.

Justifica-se que para realizar esta pesquisa os dados da qualidade da EJA foram considerados, como a identificação do perfil psicossocial desse público que vive em exclusão social, dependendo de benefícios de políticas públicas de transferência de renda e que consigamos algumas alternativas para melhoria em todo esse processo de intersetorialidade da EJA com a Assistência Social. Ao visar uma concretização da oportunidade de realizar de forma concreta a emancipação dos sujeitos envolvidos, tendo nas políticas de Assistência Social quanto a de Educação de Jovens e adultos, em atitudes intersetoriais que possibilitem uma maior cobertura destas políticas, com um foco a potencializar o usuário de maneira em que suas perspectivas possam alcançar novas possibilidades de autonomia emancipatória.

De acordo com Lamamoto (2017, p. 18):

O Serviço Social brasileiro assumiu um ideário emancipatório, herdeiro da história da luta mundial dos trabalhadores, calcada na grande política e em valores que dignificam o gênero humano. O nosso projeto está fundado nos valores maiores da liberdade, da igualdade, da radicalidade democrática, da cidadania, da ausência de preconceitos, do respeito aos direitos humanos, da qualidade dos serviços prestados.

Pretendeu-se com isso, alcançar os resultados esperados, que foram de trazer uma reflexão com relação ao currículo da EJA, conhecer as expectativas dos gestores quanto a esse segmento educacional para a formação humana com autonomia e emancipação, primando por programas socioeducacionais que realmente tenham como foco a emancipação dos usuários.

Partindo desse pressuposto, foi preciso questionar:

1. O que está faltando para que ocorra a emancipação destas famílias?
2. Onde as Políticas Públicas devem atuar com mais empenho para que seja potencializada a emancipação desse grande número de usuários?
3. Como implementar estratégias socioeducacionais que venham promover intersetorialidade?

Muitas são as questões que acabam por rotular ou de receber a pecha que o município de Presidente Kennedy-ES é um município assistencialista, que oferece “de tudo para todos” ou que “as pessoas que aqui moram são ricas”. Mas não é dessa forma. Visto que, passou muito tempo com a menor renda *per capita* do país, sendo identificado como o município mais pobre da região e com o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país.

Hoje destacado pelas redes sociais, de cunho até internacional, como uma região muito rica, dado a exploração das jazidas de petróleo – pré-sal – em seu litoral, porém, isso não apaga o fato que, todas as mazelas sociais por anos ignoradas pela gestão pública, necessitam de um trabalho social imediato para reparar a qualidade de vida de seus munícipes.

Há cerca de três décadas, muitas foram as mudanças que ocorreram no município, porém, ainda há muito a se fazer para que os cidadãos dessa região consigam se emancipar dos benefícios, que hoje ainda são necessários para sua sobrevivência.

No início dos anos 2000, Presidente Kennedy foi fortemente impactado pela chegada das atividades de extração de petróleo bruto em sua costa marítima que, embora não visíveis no interior do município, causaram profundas modificações na formação e composição do PIB municipal, além de trazerem vultosos recursos financeiros derivados dos royalties dessa atividade. A evolução do PIB real de Presidente Kennedy, em pouco mais de uma década, é o melhor parâmetro para demonstrar a força dos impactos do petróleo. Em 2002, foram gerados R\$ 424,6 (quatrocentos e vinte e quatro vírgulas seis) milhões de PIB, correspondente a 0,6% do PIB estadual e ocupando a 11ª posição no ranking dos maiores PIB's municipais (PRESIDENTE KENNEDY, 2017, p. 27).

Dados do IBGE (2010), com atualização em 2018, apontam uma realidade bem diferente dos seguintes indicadores: a população no último censo é de 10.314 pessoas. Com relação a Trabalho e Rendimento, em 2017, o salário médio mensal era de 2,4 salários-mínimos, ao passo que a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 23,2%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 6º de 78 e 14º de 78, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 684 de 5.570 e 978 de 5.570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário-mínimo por pessoa, havia 40,6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 14º de 78 dentre as cidades do estado e na posição 2.662 de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

De acordo com Bichir, Simoni Junior e Pereira (2020, p. 10):

Também merecem atenção instrumentos de pactuação federativa desenvolvidos para o aprimoramento da implementação e gestão dos serviços nos âmbitos estadual e municipal. Consolidados como resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), os pactos de aprimoramento da gestão são oriundos de discussões na Comissão Intergestores Tripartite (CIT), na qual representantes das gestões federal, estadual e municipal deliberam indicadores de mensuração da evolução das gestões por um período de quatro anos, conforme previsto pela Nob-Suas.

Dessa forma, percebe-se que, para garantir uma educação integral na perspectiva da articulação intersetorial, isto exige com urgência um debate desafiador, considerando

que essas políticas públicas setoriais precisam estar verdadeiramente estruturadas para funcionarem em conjunto.

É possível analisar o comparativo, o qual tem como base de dados atualizados do IBGE, em nível de Brasil, a diminuição do analfabetismo, porém, ainda está aquém do que se precisa para uma sociedade mais independente, ao se referir a um modo socioeducativo, podendo vir a prejudicar o objetivo da meta de nº 9 do Plano Nacional de Educação (PNE), que fora instituído pela Lei n. 13.005 e que determinou:

[...] a redução da taxa de analfabetismo para 6,5%, em 2015, e a sua erradicação até 2024. O país não cumpriu a primeira parte da meta. Em 2017, a taxa nacional de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 7,0%, o equivalente a 11,5 milhões de analfabetos, ou 300 mil pessoas a menos do que em 2016 (7,2%). As regiões Centro-Oeste (5,2%), sudeste e Sul (ambas com 3,5%) já estavam abaixo da meta nacional, enquanto que no Nordeste a taxa estava acima do dobro (14,5%) e no Norte era de 8,0% (IBGE, 2017).

Problematizou-se que, para executar as políticas públicas com maior zelo, a presente situação das políticas em questão apresenta inúmeras oportunidades de emancipação para as famílias do município de Presidente Kennedy-ES, porém, é reluzente a distância entre os preceitos legais e os princípios explicitados em ambas as leis orgânicas dessas políticas, que nos remete a questionar e buscar na raiz de onde surgem esses entraves.

Vislumbram-se caminhos que possam direcionar a possíveis oportunidades de se executar essas políticas, de maneira que venham a atender e a alcançar a seu principal objetivo, tanto a política de Educação quanto a de Assistência Social, que acabam trazendo, em comum, “minimizar as sequelas das questões Sociais podendo direcionar o indivíduo para um maior empoderamento garantindo sua emancipação socioeconômico de maneira sustentável”. Dito isto, surge então um questionamento sobre a realidade do município em questão.

As perguntas norteadoras da pesquisa foram:

1. Como o serviço poderia potencializar a emancipação social e financeira de educandos e usuários através da intersetorialidade?
2. Onde está a lacuna por onde se escapa os reais objetivos das políticas públicas da EJA e da Assistência Social, com resultados positivos para a população?

3. Qual seria a contrapartida da população beneficiada mediante o investimento público?
4. A qual profissional compete a capacidade para implantar e implementar estratégias e projetos socioeducacionais com ações intersetoriais entre a EJA e a Assistência Social?

Desta forma, esta pesquisa contou com o seguinte **objetivo geral**: Identificar a intersetorialidade das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Assistência Social no município de Presidente Kennedy - ES.

E foram delineados como **objetivos específicos**:

1. Conhecer a percepção dos gestores das políticas públicas da EJA e da Assistência Social sobre a intersetorialidade entre essas políticas públicas; e,
2. Identificar as ações intersetoriais das políticas públicas da EJA e da Assistência Social, no município.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, empírica, documental e de estudo de caso. De acordo com uma abordagem de cunho qualitativo, a pesquisa surgiu na antropologia de maneira quase natural, e na sua espécie antropológica ficou distinguida como verificação etnográfica. Cabe aqui salientar algumas de suas qualificações:

A pesquisa qualitativa é conhecida também como "estudo de campo", "estudo qualitativo", "interacionismo simbólico", "perspectiva interna", "interpretativa", "etnometodologia", "ecológica", "descritiva", "observação participante", "entrevista qualitativa", "abordagem de estudo de caso", "pesquisa participante", "pesquisa fenomenológica", "pesquisa-ação", "pesquisa naturalista", "entrevista em profundidade", "pesquisa qualitativa e fenomenológica", e outras [...]. Sob esses nomes, em geral, não obstante, devemos estar alertas em relação, pelo menos, a dois aspectos. Alguns desses enfoques rejeitam total ou parcialmente o ponto de vista quantitativo na pesquisa educacional; e outros denunciam, claramente, os suportes teóricos sobre os quais elaboraram seus postulados interpretativos da realidade (TRIVIÑOS, 1987, p. 124).

Ao contrário de outros autores, Castro (1976) considera que a pesquisa descritiva apresenta o panorama de uma conjuntura, expressa em informações e que a natureza da relação entre variáveis é feita na pesquisa explicativa.

Quando se diz que uma pesquisa é descritiva, se está querendo dizer que se limita a uma descrição pura e simples de cada uma das variáveis, isoladamente, sem que sua associação ou interação com as demais sejam examinadas (CASTRO, 1976, p. 66).

Para delimitar o assunto e construir o tema, foi feita a pesquisa bibliográfica para a fundamentação teórica. Segundo Santos (2019, p. 10):

[...] a pesquisa bibliográfica como instrumento emancipatório [...] é a mola propulsora do método científico, essa modalidade de pesquisa fundamenta o aluno a pesquisar, conhecer a literatura já existente, formular novas propostas ou pressupostos sobre o assunto, além de comprovar ou refutar o pressuposto inicial.

Essa natureza da pesquisa possibilitou uma reflexão da leitura de diversos autores (livros e artigos), em que foi possível selecionar informações sobre políticas públicas de Assistência Social, de Educação e intersectorialidade na EJA no contexto histórico em que estão inseridas, as problemáticas, as fragilidades e as suas potencialidades. E, assim, pode-se refletir sobre a importância da pesquisa documental.

Nesse sentido, foi verificada a intersectorialidade que ocorre entre as gestões das políticas públicas de EJA e da Assistência Social.

A pesquisa documental é uma técnica decisiva para a pesquisa em ciências sociais e humanas; é indispensável porque a maior parte das fontes escritas – ou não – é quase sempre a base do trabalho de investigação; é aqueles realizados a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos. A pesquisa documental deve muito à História e, sobretudo aos seus métodos críticos de investigação sobre fontes escritas (ABREU, 2017, p. 3).

De forma geral, o assunto envolvendo a intersectorialidade entre políticas públicas é muito abrangente. Assim, delimitar o estudo sobre políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Assistência Social no município visa a promover uma articulação eficaz. Portanto, quanto à estratégia de pesquisa, sua abordagem e a natureza dos dados apurados ocorreram por meio de uma pesquisa qualitativa descritiva.

A pesquisa de campo requer uma metodologia científica de pesquisa que corresponde à observação, coleta de dados, análise e interpretação de fatos e fenômenos que ocorrem dentro de seus nichos, além de cenários e ambientes naturais de vivência, tal qual mencionam Marconi e Lakatos:

Pesquisa de campo está voltado para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e outros campos, visando à compreensão de vários aspectos da sociedade. Ela apresenta vantagens e desvantagens.(MARCONI E LAKATOS,1996, p. 188).

Este trabalho se construiu através de coleta direta dos dados por meio de entrevistas a cinco participantes do público em questão, nas Secretarias Municipais de Educação e de Assistência Social, envolvendo gestores de três Escolas Polos da Rede pública Municipal de Educação de Presidente Kennedy-ES. Foram usados pseudônimos com referências a pedras preciosas¹, simbolizando os significados das inúmeras qualidades que um gestor precisa para exercer, com excelência, tais atribuições.

Esses pseudônimos representam a atuação profissional, onde exercem cargos em setores distintos, que exige dedicação, transparência, responsabilidade, entre outros atributos de suma importância, para uma gestão digna e produtiva. Os **minerais cristalinos raros de importante valor** se distinguem pela sua beleza, pureza, cor, transparência, brilho, dureza e índice de refração da luz. A pedra preciosa também é chamada de “**gema**” e tem o seu valor determinado pela raridade da sua cor, pureza, lapidação, peso e composição química.

Vale destacar que o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com o Parecer Consubstanciado nº 3.947.667, conforme as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) 466/2012 e 510/2016. Inicialmente pretendia-se entrevistar também os participantes/ usuários dos serviços da Assistência Social e da EJA, entretanto, no momento de covid-19, houve necessidade de alterar a quantidade dos participantes, restringindo-se aos três gestores das escolas Polos, nas quais funcionam a EJA e dois Gestores da Assistência Social.

Em relação a essa pesquisa, os riscos foram inerentes a todas as pesquisas que atuam com seres humanos, pois, apesar de serem mínimos, poderiam ocorrer. Assim, para reduzir riscos e constrangimentos, foram agendadas entrevistas que ocorressem de maneira que houvesse liberdade de escolha em participar, isto é, de forma voluntária e colaborativa, sem remuneração, em local reservado e em horário

¹PEDRAS PRECIOSAS. viewsource:<https://www.significados.com.br/pedraspreciosas/nov.2020>.

conveniente. Primando pelo não risco de quebra de sigilo, violação do anonimato, dentre outros, para isso, foram adotadas todas as cautelas previstas nas Resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) 466/2012 e 510/2016. Vale ressaltar que as fontes serão resguardadas e utilizaram-se identificadores alfas numéricos para preservar o sigilo.

Seguidos os procedimentos ético-metodológicos: com agendamento mediante a escolha de horários e datas de conveniência das pessoas que contribuiram para as entrevistas *online*, com utilização de salas reservadas que garantissem o sigilo das informações, bem como a não exposição dessas pessoas. Os participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em duas vias, antes, porém, sendo esse Termo lido na íntegra e explicado o seu objetivo aos entrevistados.

Para a coleta de dados utilizou-se a técnica de entrevista com gestores das políticas públicas – Assistência Social e Educação, totalizando nove participantes, numa perspectiva direcionada à intersetorialidade e o que isto significava para eles. Inicialmente, no Projeto de Pesquisa, além dos gestores, foram incluídos educandos da EJA e usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), porém, devido à pandemia de covid-19, por medida de segurança sanitária, a participação foi direcionada somente aos gestores de ambas as políticas, sendo que uma gestora não participou por não ter sido encontrada, uma vez que houve tentativas de contato por telefone para agendar a entrevista. Destaca-se que, neste momento, todos os serviços públicos se encontravam suspensos, para amenizar a disseminação/contaminação do coronavírus.

Moretti (2020) contribui com a seguinte colocação que:

A entrevista é uma das principais técnicas de coleta de dados no trabalho [...] para que a conversa seja produtiva, deve preparar uma lista de perguntas, ou seja, um roteiro. Também é importante se preocupar com os recursos de registro, como é o caso das anotações ou gravação em áudio (MORETTI, 2020, p. 6).

Com os dados obtidos, foram descritos de forma fiel a visão dos gestores sobre o que eles entendem e reconhecem como intersectorialidade, por meio de eixos segmentados. Na análise dos dados utilizou-se o estudo dos conteúdos obtidos pelas respostas dos entrevistados, por meio de categorização com utilização da técnica de análise de conteúdo. Segundo Silva *et al.* (2017, p. 734):

A análise de conteúdo consiste em uma técnica de análise de dados [...] configura-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que faz uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A técnica é empregada na investigação psicossociológica, nos estudos das comunicações de massas, entre outros.

A organização e a análise dos dados ocorreram a partir do procedimento da coleta dos dados, por meio das respostas dos entrevistados. As entrevistas foram todas gravadas em áudio e transcritas na íntegra, com as estratégias de organizar, categorizar e agrupar de acordo com as perguntas e as respostas correlacionadas em suas respectivas categorias. Esta análise se apresenta por meio de quadros. Henkel (2017, p. 786) afirma que:

O processo indutivo de categorização” e “O processo dedutivo de categorização” apresentam, respectivamente, os resultados das abordagens indutiva e dedutiva dos dados de modo a se compararem seus limites e possibilidades para a qualidade da análise de respostas abertas [...].

Esta dissertação está composta por cinco seções. A segunda seção intitulada “Política Pública de Assistência Social” discorre sobre o conceito da política de Assistência Social, que se afirma como uma política que garante a seguridade social não contributiva, conta com encargo do Estado. Esta política pública visa assegurar e garantir direitos aos sujeitos, as famílias e aos grupos sociais a permanência em sobreviver, ao amparo e o convívio familiar e comunitário, utilizando-se de programas, projetos, serviços e benefícios de proteção social, hierarquizados em uma visão de proteção, no geral, abrangendo as mazelas sociais.

De forma que a terceira seção, intitulada “Políticas Públicas de Educação”, aborda a dinâmica de formação dos cidadãos e, por isso, o entendimento da função das esferas públicas a nível estadual e municipal das necessidades educacionais que sofrem mudanças no decorrer dos anos. As políticas públicas de educação, na maioria das

vezes, estão integradas aos momentos históricos de qualquer país e do mundo e à interpretação de poder de cada época, de forma que a Educação de Jovens e Adultos foi pensada num caráter de preparo para mão de obra braçal na era industrial, e veio sofrendo mudanças significativas em seus objetivos, onde hoje se pensa essa modalidade com foco numa sociedade mais socialmente independente, que se capacite em meio à educação e seja capaz de produzir não só como mão de obra, mas também para a leitura do mundo, enquanto sujeito social.

A quarta sessão, intitulada “Resultados e Análise dos Dados”, é proveniente das entrevistas, organizados e categorizados conforme a técnica análise de conteúdo, por Eixos Temáticos, Subeixos e Unidades de Registro, a saber: Relação entre Estado e sociedade; Avaliação da Qualidade de Ensino; Política pública de Educação de Jovens e Adultos (EJA); Compreensão sobre a Política de Assistência Social; Intersetorialidade entre política pública de Assistência Social e Educação (EJA); Diálogo entre as políticas públicas; Entendimento sobre a Intersetorialidade; Ações e/ou Projetos Intersetoriais; Emancipação das famílias usuárias das políticas públicas; Ações que poderiam ser mais potencializadas pelo poder público; Implementação de estratégias socioeducacionais; Efetivação da Intersetorialidade entre as políticas públicas.

E por último, a quinta sessão, as Considerações Finais, que lançam as potencialidades e também os limites dessa pesquisa, podendo direcionar a novas pesquisas a até mesmo direcionar a metodologias de trabalho dentro das políticas públicas de Assistência Social e de Educação de Jovens e Adultos.

2 POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tendo como alvo obter um maior entendimento sobre a política de **Assistência Social** brasileira e o seu tributo na sociedade, buscando minimizar as diferenças sociais, configuradas por meio de vulnerabilidades e desigualdades sociais. Entende-se a Assistência Social como uma **política pública**, que tem em **composição** os direitos constitucionais que estão relacionados à igualdade perante a lei.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social de dezembro de 1993 contribuíram muito para a organização das políticas sociais no Brasil, possibilitando novas diretrizes que estabeleceram a garantia de direitos sociais no país e, por conseguinte, transformando qualitativamente a cidadania da população brasileira.

Mas as questões relacionadas às mazelas sociais já estão sendo discutidas há tempos, desde antes da Constituição, mas ainda hoje há grandes desfechos negativos na sociedade, segundo Branco (2006):

A “questão social”, no presente, passa a ser definida pelas suas novas expressões, e não pela sua célula medular, a saber: a exploração do trabalho assalariado pelo capital e as lutas dos trabalhadores contra esta exploração e outras formas de opressão. Enquanto a “antiga” “questão social” é tida como produto do período histórico da modernidade, da Sociedade industrial clássica, a nova é ligada a uma suposta sociedade pós-industrial, pós-moderna, superadora dos antigos modos de ser e de manifestar-se do capitalismo industrial (BRANCO, 2006, p. 19).

A Assistência Social é uma política que prima pela garantia dos indivíduos, famílias e grupos sociais ao acolhimento, à sobrevivência, ao convívio familiar e comunitário. Ela é de responsabilidade do Estado de seguridade social não contributiva. Para isso, ela tem, para proteção social, programas, projetos, serviços e benefícios hierarquizados em proteção básica e especial. Está norteadada pelo artigo:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I- Universalidade da cobertura e do atendimento;

- II- uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III- seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV- Irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V- Equidade na forma de participação no custeio;
- VI- diversidade da base de financiamento;
- VII- caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados (BRASIL, 1988).

Assim, a Assistência Social dispõe de um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, como seguridade social, visando assegurar os direitos à saúde, à previdência e à assistência social, sendo esta de caráter de política de proteção social, com articulação a outras políticas sociais, objetivando garantir direitos e condições dignas de vida. Para Mota (2017):

[...] é da nossa competência profissional e intelectual politizar e analisar o crescimento dessas políticas, mostrando seus limites, e não apenas a importância de mantê-las, mas principalmente, a de ampliá-las, conquistando novos direitos e acessos a bens e serviços no âmbito do trabalho, da moradia, da mobilidade urbana, da segurança pública e da Seguridade Social (MOTA, 2017, p. 42).

Há também, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), na qual a assistência social passou a organizar as seguintes diretrizes através da Lei Federal 8.742, de 1993 que no:

Art. 5º A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

- I – Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;
- II – Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis;
- III – primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

Existe também o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), cuja missão é conferir a efetividade da Constituição e pela LOAS, o qual aprovou, em setembro de 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), na qual estabelecem-se os princípios e objetivos, as diretrizes e as ações da política socioassistencial no País. Portanto, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo como referência sua Norma Operacional Básica (NOB), que organiza operacionalmente essa política, pressupõe a gestão compartilhada e o cofinanciamento da política de assistência

social das três esferas de governo, na qual cada uma delas tem com definidas suas responsabilidades técnicas e políticas, que são: proteção social, vigilância socioassistencial e defesa social e institucional.

A proteção social são aqueles serviços que são destinados à segurança de sobrevivência, de acolhimento e de convívio familiar; a vigilância social são as ações que visam o conhecimento da demanda por proteção social, isto é, construção de indicadores e de índices para sistematizar informações sobre a vulnerabilidade da população, e a defesa social e institucional são ações que buscam informar a população seus direitos socioassistenciais. A autora Guerra (2016, p. 11) afirma que:

[...] o Serviço Social, entristecido pelos interesses em confronto, vai ampliando as suas funções até colocar-se no âmbito da defesa da universalidade de acesso a bens e serviços, dos direitos sociais e humanos, das políticas públicas e da democracia.

É importante acrescentar que, o SUAS do governo do estado do Espírito Santo, com base na Lei Nº 9.966, de 19 de dezembro de 2012, apresenta a garantia de uma assistência social focada na vulnerabilidade temporária de situações emergências. Com a integração dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), novas formas de prestação de serviços assistenciais foram garantidas, destacando-se os recursos financeiros destinados aos municípios encarregados de sanar, dentro do possível, os maiores problemas das famílias, como por exemplo, o pagamento dos profissionais que atuarão diretamente com as mesmas.

Essa legislação se configurou tendo como base a Constituição Federal de 1988, e a LOAS, que são os pilares fundamentais para uma construção de uma cidadania mais justa e eficaz, fortalecendo ainda mais as políticas públicas voltadas para o crescimento humano, tendo, como foco maior, a garantia dos direitos de todo e qualquer cidadão. A Lei Nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 afirma que:

No Art. 1º Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de seguridade Social não contributiva, que prove os mínimos sociais, realizado através de um conjunto integrado de ações de iniciativa Pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Portanto, essa política tem, na igualdade social, seu maior foco de ação, uma visão de que um país subdesenvolvido como o Brasil, com tantas mazelas sociais precisa muito de: uma política pública que seja garantida por lei de modo que os menos favorecidos possuam o necessário para ter uma vida mais digna, com a possibilidade de uma visão de futuro menos sofrida e mais igualitária.

Entre os princípios das diretrizes, vale enfatizar que, tanto a legislação quanto a política, em qualquer que seja sua esfera, ambas valorizam a igualdade e o respeito para os cidadãos, de forma bem clara, como vemos no artigo 4º, parágrafo III “é preciso reforçar que haja equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas entre outras, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco”.

De forma coerente e eficaz, os programas e serviços, de acordo com a legislação, garantem, em seu Artigo 23, compreender uma melhoria de vida através de acompanhamento familiar, visitas e ofertas de serviços contínuos visando ao esclarecimento, bem como a emancipação da população que se encontra em vulnerabilidade. No entanto, muitos casos não demonstram interesse em sair dessa condição, dado ao fato de pouca perspectiva de vida; e nem o estado, nem os municípios têm interesse que esta situação permaneça nesta condição.

Dentre as legislações que norteiam os trabalhos da política de Assistência Social estão às orientações indicadas pela NOB-RH/SUAS/2005, as quais visam trabalhar a compreensão que tenha direção ética e política para qualificar a oferta dos serviços e consolidar o direito socioassistencial. Vale destacar que, o SUAS tem como característica ser: “um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo tem por função a gestão do conteúdo específico da assistência social no campo da proteção social brasileira” (NOB/SUAS, 2005, p. 86).

Os equipamentos da Assistência Social, cada um dentro de sua peculiaridade, trabalham a abrangência das deficiências sociais, objetivando sanar as mazelas sociais existentes.

No serviço de proteção social básico, referenciado no equipamento do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), está a formulação da equipe de referência para a prestação de serviços e cumprimento das ações no horizonte da Proteção Social Básica nos municípios (NOB-RH/SUAS, 2011).

A Proteção e Atendimento à Família (PAIF) deve ser prestada exclusivamente pelo serviço das equipes de referência do CRAS. Nas situações em que o CRAS não tenha recursos físicos ou de pessoal, os outros dois serviços podem ser prestados por entidades de assistência social, desde que sejam referenciados aos CRAS. Isso significa que o CRAS e as entidades devem ter uma atuação conjunta e articulada, alinhadas às diretrizes do SUAS, para atender com qualidade as necessidades de proteção das famílias (e de cada um dos seus membros) que vivem no seu território de abrangência.

Dentre as atualizações da Constituição federativa do Brasil, consta a Emenda Constitucional nº 105/2019. O Preâmbulo dos seus Princípios Fundamentais é orientado na garantia legal, que são incoerentes com as realidades dos cidadãos, porém, vale lembrar com mais exatidão o que se entende sobre direitos humanos. A Constituição Federal de 1988 informa que:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos. Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos; II - seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário; III - fundo de garantia do tempo de serviço; IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho; VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo; VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável; VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; IX - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno; X - proteção do salário

na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa; XI - participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

Vale reforçar, também, que existe uma rede de proteção social composta pelos CRAS e pelo CREAS, como as principais unidades da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), mas cada um possui suas competências e especificidades.

2.1 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade que busca prevenir situações de risco antes que elas ocorram, através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania.

Ele tem como público-alvo, famílias e indivíduos em graves situações, pessoas com deficiências, idosos e crianças retiradas do trabalho infantil, pessoas que estão inseridas no Cadastro Único e também, usuários de programa de transferência de renda: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa de Capacitação para o Trabalho e outros.

Compete ao Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) programar o CRAS nos territórios, definindo sua quantidade e necessidade da instalação em cada localidade. Em municípios de pequeno porte (I e II), pode ser instalado em áreas de maior convergência da população, facilitando assim, o acesso das famílias mais vulneráveis de áreas urbanas e rurais, sendo elas que definem os parâmetros para capacitar o atendimento do CRAS, como prevê a NOB-SUAS de 2004 para os municípios de médio e grande porte, como as metrópoles. Assim, tem-se o seguinte (Quadro 1):

Quadro 1 - Centro de Referência da Assistência Social e os Serviços de Proteção Básica

MUNICÍPIO	CRAS
Pequeno Porte I	Mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas
Pequeno Porte II	Mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas
Médio Porte	Mínimo de 2 CRAS para até 5.000 famílias referenciadas
Grande Porte	Mínimo de 4 CRAS para até 5.000 famílias referenciadas
Metrópole	Mínimo de 8 CRAS para até 5.000 famílias referenciadas

Fonte: Orientações Técnicas Centro de Referências de Assistência Social (2009).

O acesso do usuário aos serviços de Assistência Social pode ser realizado de três maneiras: procura espontânea, busca ativa e encaminhamento. A procura espontânea é a estratégia em que a família, grupo ou indivíduo procura o CRAS de livre e espontânea vontade, para receber atendimento. A Busca Ativa é uma estratégia para que se possa ter conhecimento das condições de vida das famílias no território, localizando-as e contatando-as através de visitas domiciliares ou por entrevistas marcadas no CRAS. Essa modalidade proporciona o atendimento a famílias que, muitas vezes, por apresentarem alta vulnerabilidade, não buscam o serviço espontaneamente. São prioritárias na busca ativa as famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda que não procuram os CRAS, as que não estão cumprindo as condicionalidades definidas pelos programas. Já o Encaminhamento é recurso utilizado quando se precisa utilizar a rede socioassistencial de serviços das demais políticas públicas para cadastro e atendimento de pessoas e famílias.

Vale ressaltar que, o CRAS busca a PAIF, além de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Neste sentido, Oliveira (2018, p. 13) afirma que: “o redesenho desta política torna relevante a constituição e organização da rede de serviços, que cabe à Assistência Social prover, objetivando sempre maior eficiência e efetividade em sua atuação”.

O Quadro e a Tabela, a seguir, apresentam uma visão de valores em nível local numa realidade do Benefício (Bolsa Família) que deveria atender por um determinado período, como se objetiva sua existência, soma-se a isso o fato de identificar-se crescimento gradativo do número de beneficiários.

Quadro 2 - Dados gerais do Programa Bolsa Família referente ao Município de Presidente Kennedy-ES

<p>Valor Anual Repassado Em 2019 = 2.895.822,00</p>		<p>Valor Repassado no Mês Em 06/2020 = 244.576,00</p>
<p>Valor Anual Repassado Acumulado até 06/2020 = 1.442.890,00</p>	<p>Famílias Beneficiárias Em 06/2020 = 1.369</p>	<p>Benefício Médio Em 06/2020 = 178,65</p>

Fonte: Criação própria a partir de dados do Ministério da Cidadania, Folha de Pagamento do Programa Bolsa Família (06/2020).

Já na tabela, no a qual utiliza a classificação por sexo e faixa etária, pode-se perceber qual o tipo de público que está dentro do perfil de usuário da política pública de Assistência Social, dando uma percepção de que as mulheres estão se tornando, de forma crescente, as responsáveis pelos proventos de seus lares.

Um Município tão pequeno, com tantas oportunidades de estudo e qualificação, poderia apresentar uma singularidade menos expressiva com relação ao quantitativo de dependentes, em questão financeira, de programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa família.

Tabela 1 - Pessoas em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família faixa etária, abril de 2020, no Município de Presidente Kennedy-ES

Faixa Etária	Masculino	% Masculino	Feminino	% Feminino	Total	% Etária Total
Entre 0 e 4	258	54,55%	215	45,45%	473	12,59%
Entre 5 a 6	109	57,98%	79	42,02%	188	5,00%
Entre 7 a 15	393	51,51%	370	48,49%	763	20,30%
Entre 16 a 17	88	49,72%	89	50,28%	177	4,71%
Entre 18 a 24	198	40,82%	287	59,18%	485	12,91%
Entre 25 a 34	182	32,21%	383	67,79%	565	15,03%
Entre 35 a 39	74	29,60%	176	70,40%	250	6,65%
Entre 40 a 44	77	33,62%	152	66,38%	229	6,09%
Entre 45 a 49	76	40,43%	112	59,57%	188	5,00%
Entre 50 a 54	71	44,94%	87	55,06%	158	4,20%
Entre 55 a 59	67	44,37%	84	55,63%	151	4,02%
Entre 60 a 64	51	57,95%	37	42,05%	88	2,34%
Maior que 65	17	39,53%	26	60,47%	43	1,14%
Total	1.661	44,20%	2.097	55,80%	3.758	100,00%

Fonte: Ministério da Cidadania, Folha de Pagamento do Programa Bolsa Família (06/2020).

2.2 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é destinado às pessoas que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, como negligência, violência ou exploração, das quais necessitam de intervenções especializadas. Oferecendo apoio e orientação especializados a indivíduos e famílias que são vítimas de violência física, psíquica, sexual, negligência, abandono, ameaça, maus tratos e discriminações sociais. Esse Centro trabalha com pessoas em que o risco já está instalado e, conseqüentemente, seus direitos já violados.

Outros programas, os quais precisam ser destacados e que contribuem para o desenvolvimento social e garantir o bem-estar do ser humano são: a Proteção e Atendimento Especializado às famílias e Indivíduos (PAEFI), Serviço Especializado em Abordagem Social, Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), Proteção Social Especial com Deficiências, Idosos e suas Famílias e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

O território dessas agências representa um espaço contraditório, pois é o lugar onde há produção e reprodução da violência e da exclusão social. É através desse território que as relações sociais podem ser compreendidas, porque é o espaço onde se materializam as vulnerabilidades e riscos. Estão na sua abrangência: municípios de pequeno porte (I e II), de médio porte e grande porte, além das metrópoles e Distrito Federal. São parâmetros que definem o quantitativo de unidades do CREAS, referenciados através da elaboração de um diagnóstico socioterritorial e de dados da vigilância socioassistencial, implementados de acordo com a realidade de cada território. Tem-se:

Quadro 3 - Centro de Referência da Assistência Social e os Serviços de Proteção Básica

PORTE DO MUNICÍPIO	NÚMERO DE HABITANTES	PARÂMETROS DE REFERÊNCIA
Pequeno Porte I	Até 20.000	Cobertura de atendimento em CREAS Regional, implantação de CREAS Municipal, quando a demanda local justificar.
Pequeno Porte II	De 20.001 até 50.000	Implantação de pelo menos 1 CREAS
Médio Porte	50.001 até 100.000	Implantação de pelo menos 1 CREAS
Grande Porte. Metrópole e Distrito Federal	A partir de 100.001	Implantação de pelo menos 1 CREAS a cada 200.000 habitantes

Fonte: Orientações Técnicas Centro de Referências de Assistência Social (2009).

Quadro 4 - Centro de Referência da Assistência Social e os Serviços de Proteção Básica

MUNICÍPIO	CREAS
Pequeno Porte I e II e Médio Porte	50 casos (famílias/indivíduos)
Grande Porte. Metrópole e Distrito Federal	08 casos (famílias/indivíduos)

Fonte: Orientações Técnicas Centro de Referências de Assistência Social (2009).

É importante ressaltar que a capacidade de atendimento do CREAS pode variar conforme a realidade de cada território e de cada unidade. E, considerando os princípios e as diretrizes da PNAS e conceitos e parâmetros do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no CRAS e CREAS:

Quadro 5 – Eixos norteadores do trabalho social - CRAS e CREAS

CRAS	CREAS
Adequado conhecimento do território, organização e articulação das unidades da rede socioassistencial a ele referenciadas e à coordenação da acolhida; e inserção, encaminhamento e acompanhamento dos usuários.	Atenção especializada e qualificação do atendimento; território e localização; acesso à direitos socioassistenciais centralidade na família; mobilização e participação social; trabalho em rede.

Fonte: Autoria própria.

Portanto, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (2020) tem a centralidade na família como foco para o trabalho social a ser desenvolvido pelos serviços da rede socioassistencial. Como pode ser visto, apesar das diferenças, O CRAS e o CREAS têm suas diferenciações, mas são espaços que visam o empoderamento das famílias e de seus membros para que possam enfrentar as situações de vulnerabilidade e risco social e, assim, contribuir para a construção e reconstrução das relações familiares e comunitárias.

2.3 POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS - PAEFI

A Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é um serviço que apoia, orienta e acompanha as famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por violência física, psicológica, negligência; por violência sexual com abuso e/ou exploração sexual e também por afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção. Visando assim, oferecer atenção e orientações que são direcionadas para a promoção de direitos, preservação e fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais, além do fortalecimento da função protetiva das famílias diante das condições da vulnerabilidade que estão submetidas pessoal e socialmente.

Desta maneira, o atendimento deve se fundamentar no respeito à heterogeneidade, crenças, potencialidades, valores e identidades das famílias. Esse serviço é articulado com as atividades e atenções prestadas às famílias nas diversas políticas públicas, nos demais serviços socioassistenciais, e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, atuando, desse modo, na prevenção dos riscos através do

desenvolvimento de potencialidades e também no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Para tanto, tem-se o acompanhamento e encaminhamento através do PAIF ofertado pelo CRAS. O PAIF é um programa que desenvolve ações e serviços básicos socioassistenciais, socioeducativos, de convivência e projetos para inclusão produtiva. Segundo o SUAS, o CRAS é a referência e contrarreferência na oferta dos serviços de transferência de renda e fortalecimento de vínculos. Segundo Oliveira (2018):

Entre os vários objetivos da rede de proteção e promoção social do SUAS está o de desenvolver ações de apoio e atenção às famílias, a fim de prevenir situações de vulnerabilidade e risco social e pessoal. Porém, quando laços afetivos e comunitários já estão rompidos e existem situações envolvendo violação de direitos, conflitos e rupturas, é preciso empregar medidas capazes de promover a superação de tais situações, prevenindo o seu agravamento e estabelecendo a proteção e dignidade humana (OLIVEIRA, 2018, p. 21).

Partindo desse pressuposto, percebe-se que todos esses órgãos visam a desenvolver ações de proteção social, garantindo os direitos e o desenvolvimento humano, para a segurança assistencial aos usuários, expressas pela acolhida, convívio ou vivência familiar, sobrevivência e/ou rendimento. Primando o protagonismo, a autonomia, a participação, bem como a capacidade de proteção das famílias, dos indivíduos, das comunidades e o fortalecimento de vínculos.

As perspectivas de intersetorialidade serão analisadas a partir do olhar de que houve avanços nos direitos educacionais da Constituição Federal de 1988, que garante o direito à qualidade na educação e aborda a intersetorialidade entre ambas, enfatizando a necessidade de avançar na delimitação das relações entre as ações no plano político educacional.

Para tanto, é necessário refletir sobre os princípios éticos que orientam a autonomia e a participação, no reconhecimento da exigência de proteção aos direitos de cidadania primando por promover e manter a integração intersetorial, porque se sabe

que, como princípio potencializador, essa concepção de intersetorialidade tem deixado a desejar, mas precisa-se pensá-la a partir do desenho das políticas públicas de forma a criar espaços de compartilhamento, de promover diálogos necessários à solução dos problemas e possibilitar entender os desafios diante do dilema das questões intersetoriais. Franzini (2017) faz a seguinte abordagem:

Por esse fundamento o princípio da intersetorialidade precisa ser analisado na gestão das políticas públicas como elemento impulsionador de novas posturas gerenciais rumo ao atendimento desse conjunto de direitos indivisíveis, intransponíveis e intrasferíveis (FRANZINI, 2017, p. 15).

Diante do cenário exposto, observa-se a necessidade de reflexões sobre a relação entre as políticas de Assistência Social e Educação, pelo viés da EJA, cultivando esta relação para o fortalecimento desta modalidade de ensino com ambas as políticas.

Contudo, visto que, tendo em sua estrutura social uma rede que atende as demandas dos que tiveram menos oportunidades durante toda sua infância, a homogeneidade entre a política de Assistência Social a política de Educação, em especial, na modalidade de Educação de Jovens e adultos, tende a fomentar condições mais eficazes de se fazer valer os direitos destes munícipes através da formação e o conhecimento de seus direitos e deveres.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO

Visto que a educação vem para formar indivíduos para uma sociedade igualmente capacitada e produtiva para um mercado socioeconômico estável. A política de Educação na modalidade de Jovens e adultos, mais do que qualquer outra, tem como foco buscar amenizar as diferenças sociais que surgiram no crescimento, no tempo e história de uma sociedade, onde a muitos foi negado o direito à Educação na infância. Fato este que para que este indivíduo esteja enraizado numa condição de inferioridade financeira e intelectual, que o incapacita, até mesmo, na sua expectativa produtiva e de crescimento pessoal.

Transformações e reformas são necessárias para uma diminuição significativa do analfabetismo. Compete à escola cuidar da Educação Formal dos indivíduos. A política de Educação tem um papel que, por meio da escola, perante a sociedade, é o de se utilizar com tomadas de medidas que estejam em conjunto dos objetivos das políticas públicas, através de programas e/ou ações criadas para garantir o acesso à Educação para todos os cidadãos.

A cada nova geração crescem os requisitos educacionais para acesso a trabalho qualificado e para uma boa circulação social. De maneira correspondente, dissemina-se o conceito de educação como direito em vários países, ampliando-se as faixas etárias e os níveis de ensino sobre os quais o Estado se compromete. Para além de se constituir como direito social, a educação configura um bem simbólico, com convertibilidade econômica e social (MORAES *et al.* 2017, p. 13).

Os direitos sociais dos cidadãos, entre eles a Educação, se fazem garantidos pela Constituição Federal Brasileira de 1988. No seu Capítulo II, dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015, temos:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2015).

A história das Políticas da Educação tem por objeto as ações de governo no que tange o ensino público. A partir Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) -

Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o Congresso Nacional delineou, para representação popular, três grandes blocos em defesa do ensino público gratuito, democrático e de qualidade, visando que a mesma seja voltada para a transformação social. Esse estudo assumiu que as políticas educacionais são implementadas no âmbito do cotidiano, sendo um desafio sua operacionalização no que tange a interpretação e aplicação das diretrizes normativas, implicando, diante da perspectiva de mudança, no posicionamento dos atores da gestão escolar.

Verificou-se a inexistência de uma cultura participativa, que preconizasse a continuidade das ações, acabando por interromper bruscamente as complementações, de acordo com as mudanças dessas gestões políticas. Vale destacar que, na política educacional, no Brasil, os princípios norteadores organizaram-se preconizando a universalidade, tendo como fundamento o princípio de democratização; descentralização, equidade e controle social.

Em 2017, uma questão que se destaca é a que se refere ao identificador de anos de estudo em caráter mediano, que consiste em 9,3 anos de estudo para as mulheres e 8,9 para os homens, ambos 0,2 anos adiante de 2016. Esse aspecto, tendo como indicador cor ou raça, novamente teve uma diferença abundante, apontando 10,1 anos de estudo para as pessoas de cor branca e 8,2 anos de estudo para as de cor preta ou parda, com uma diferença de quase 2 anos entre esses grupos.

Em outra análise, sobrepesa o perfil das pessoas, público em vulnerabilidade, que sobrecarrega cada vez mais os programas sociais, sobretudo aqueles que referem-se à transferência de renda.

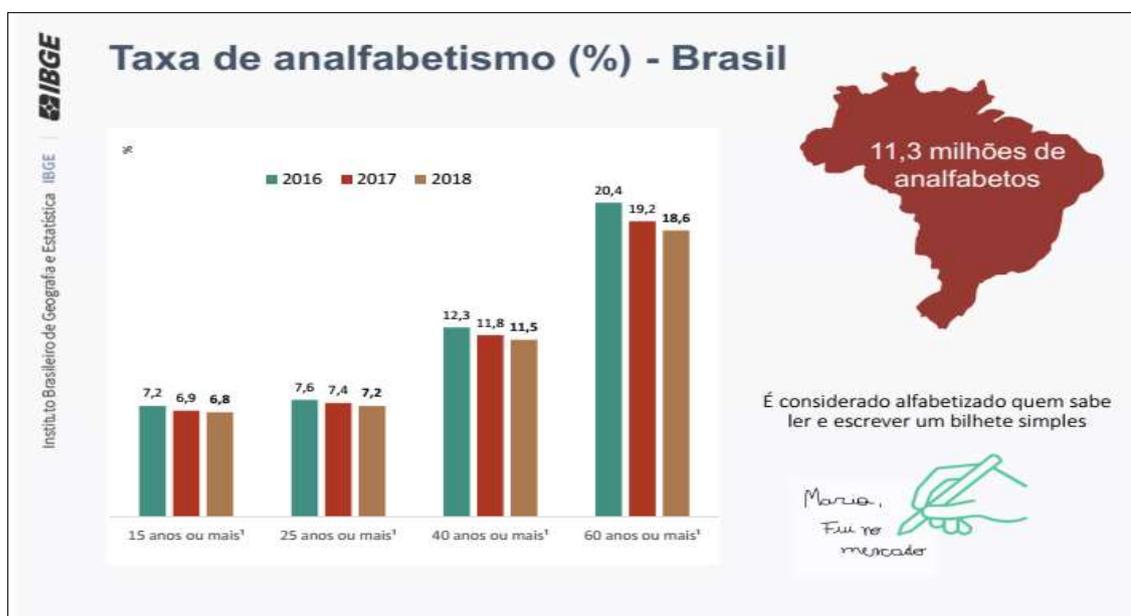
Como se pode observar, nos Gráficos: 1, 2 e 3 e na Figura 1, a seguir, os dados frutos da amostragem do IBGE de 2016 e 2018, os quais permitem uma visão preocupante de desigualdade social, que ainda é muito nítida e intensa na população brasileira.

Outro indicador de muita relevância é o grande número de analfabetos em idade adulta, que não tem nenhuma escolaridade, lembrando que, é esse o público que contribui com os impostos do país e, em sua maioria, são eleitores e é observado que

tem pouca compreensão para discutir e absorver questões referentes às políticas públicas, em especial, devido ao baixo grau de escolaridade.

Estes dados no plano nacional não divergem do Município de Presidente Kennedy, e isso é observável de dois ângulos, dados estatísticos e dados institucionalizados, sendo estes escassos, fato comprovado pela autora, vez que, por ser, profissional “na ponta” da política de Educação e trabalhando na política de Assistência, observa-se isso no cotidiano dos serviços.

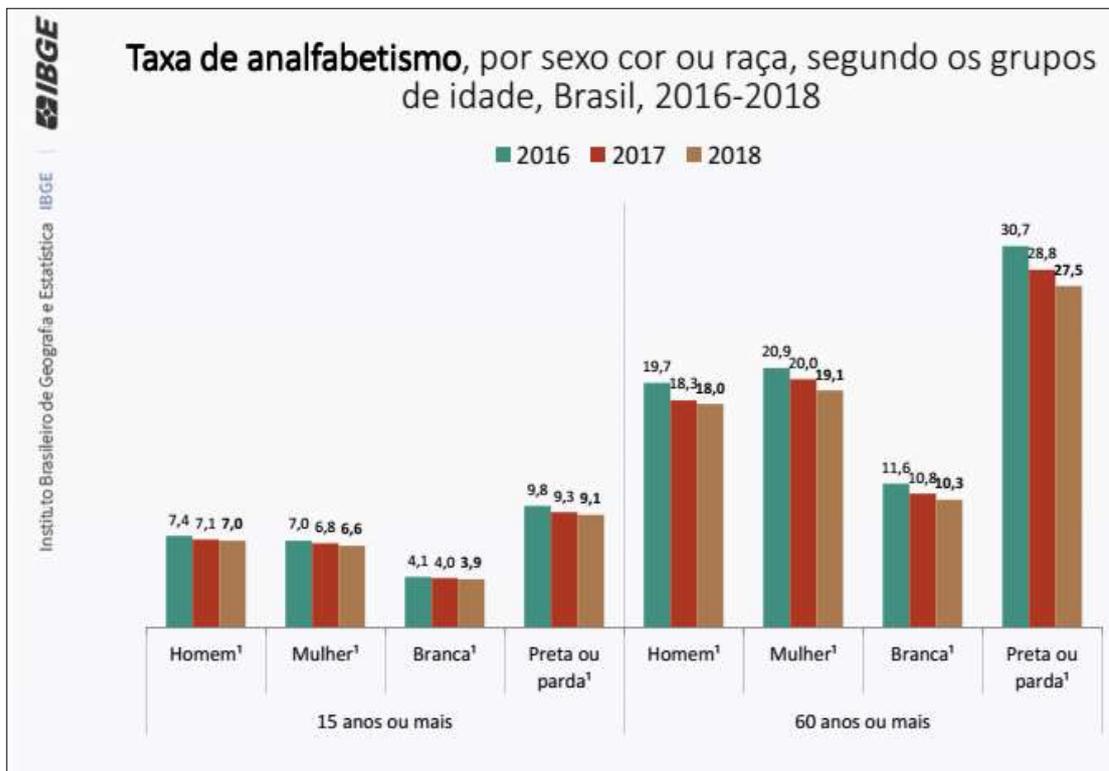
Gráfico 1 – Taxa de analfabetismo a nível nacional



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua 2016-2018.

(1) Variação significativa ao nível de confiança de 95%.

Gráfico 2 – Taxa de analfabetismo por sexo, cor raça por grupo etário – 2016-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua 2016-2018.

(1) Variação significativa ao nível de confiança de 95%.

O nível escolar de pessoas em idade produtiva é preocupante, uma vez que, sem a comprovação de conclusão de curso, e o mercado de trabalho estando cada vez mais exigente, este não emprega pessoas sem ou com pouca escolaridade, visto que estas não têm condições de se adequar às mudanças que o mercado de trabalho exige.

Os dados municipais que possibilitam esta análise são o quantitativo de matrículas de adultos em idade produtiva que buscam cursos de capacitação ofertados pela secretaria de Assistência Social, através do CRAS, e os usuários se encontram numa proporção de 10 para 2 sem ter como comprovar sua escolarização das séries iniciais do ensino fundamental, desta feita, ainda há a problemática de que estes mesmos não conseguem participar das aulas, uma vez que não assinam e não leem.

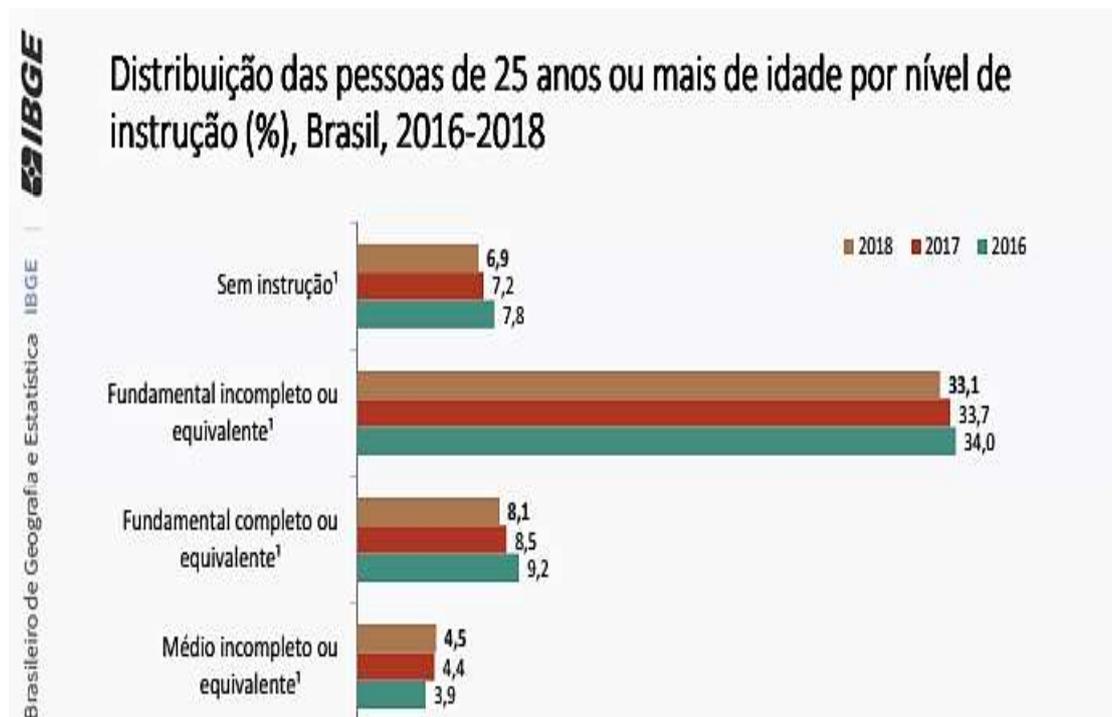
Sendo 62,01% da população do município usuária do Programa Bolsa Família e de, apenas 4,4% da população ter concluído os anos iniciais do ensino fundamental, fazendo com que o município ocupe o 69º lugar de classificação nesse quesito, o que

nos possibilita pensar que muitas coisas ainda precisam ser feitas para a potencialização dessa população, com vistas a um futuro mais digno e independente.

A cada dia mais chefes de família estão na condição de autônomos, diaristas ou desempregados. Com esta realidade, para onde irão estas famílias sem condições de se manter economicamente? Que condições esses pais terão para auxiliar seus filhos, nas atividades escolares?

São realidades como estas que perpetuam nas políticas de Educação e de Assistência Social, apresentando um panorama triste para a perspectiva de vida destas crianças e adolescentes, gerando uma situação que passa de pais para filhos.

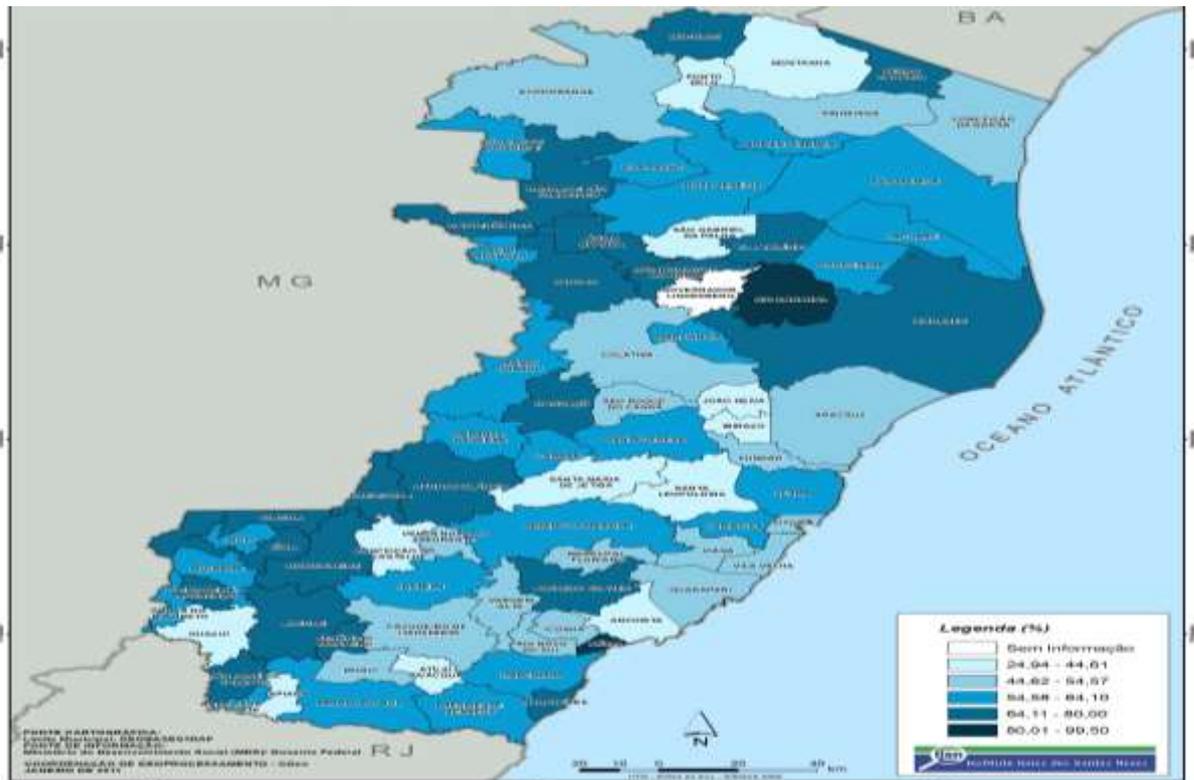
Gráfico 3 – Nível de instrução a partir de 25 anos



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua 2016-2018.

(1) Variação significativa ao nível de confiança de 95%.

Figura 1 – Percentual de famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família no CadÚnico – dezembro/2010



Fonte: INEP, Ministério da Educação, Coordenação de Geoprocessamento (CGeo), out. 2016.

Esse mapa apresenta uma perspectiva do impacto da política de Educação na política de Assistência Social, o que leva ao questionamento: a Intersectorialidade entre essas políticas, tão importantes para o desenvolvimento de uma sociedade, realmente acontece? Se não, o que impede que ela ocorra?

3.1 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino concebida como processo de inclusão e também de enfrentamento da exclusão social. Na medida em que garante direito humano e social, além de ser indutora da garantia de outros direitos, através de ação intersectorial, isto é, da promoção da colaboração entre outros setores de um governo visando garantir uma rede de direitos, que historicamente foram negados aos jovens e adultos. Os autores Paiva, Haddad e Soares (2019) afirmam que:

A EJA vinha sendo gradativamente reconhecida como direito humano, inscrita em legislações e orientações por parte dos governos anteriores, com incremento de políticas e recursos, fruto da pressão da sociedade não só no

Brasil, mas também no plano internacional, [...] Tal pressão é o resultado da tomada de consciência da população sobre o elevado número de cidadãos e cidadãs brasileiros, jovens e adultos, que não haviam concluído a escolaridade básica, muitos deles nem as primeiras letras, e ainda sobre a importância da escola para uma vida com mais direitos e cidadania. O reconhecimento formal do direito não significou a implantação imediata de políticas, tampouco sua extensão para todas as pessoas (PAIVA; HADDAD; SOARES, 2019, p. 12).

As Diretrizes da EJA possibilitam elaborar, de forma coerente, à realidade do nível educacional dos educandos numa metodologia de política educacional adaptada a sua realidade, bem como os princípios de bases teóricas fortalecidas na sua legislação (CF. Art. 205, retomado pelo Art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB-9.394/ 96) (BRASIL, 1996).

A Constituição Federal do Brasil, de 1988, incorporou como princípio que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF. Art. 205). Retomado pelo Artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), este princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações. Assim, a EJA e Idosos, modalidade estratégica do esforço da Nação em prol de uma igualdade de acesso à educação como bem social, participa deste princípio e sob esta luz deve ser considerada.

A Constituição Federal do Brasil incorporou como princípio que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CF. Art. 205). Retomado pelo Art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB-9.394/96, este princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações. Assim, a Educação de Jovens e Adultos, modalidade estratégica do esforço da Nação em prol de uma igualdade de acesso à educação como bem social, participa deste princípio e sob esta luz deve ser considerada (BRASIL,1996).

O Ministério da Educação (MEC), através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade pela Diretoria de Políticas da EJA, operacionalizou alguns ordenamentos legais para esse sistema de ensino, objetivando apoiar sua prática cotidiana com as seguintes abordagens: em relação aos seus procedimentos para autorização elencaram alguns ordenamentos legais aos sistemas de ensino para apoiá-los.

Dentre eles tem-se: para autorização de funcionamento, tanto nos sistemas estadual ou municipal de ensino, no qual os cursos do ensino fundamental e médio já estejam autorizados, apenas será necessária a arregimentação. Porém, para os Cursos de EJA em Estabelecimentos onde não haja autorização de funcionamento, deverá ser solicitada ao Conselho de Educação do Estado ou do Município a Legislação pertinente ao assunto que traz orientações de como montar o Processo.

Em relação à carga horária para os cursos de EJA, é fundamentado no Parecer 06/2010, Artigo 4º, Inciso I - para os anos iniciais do Ensino Fundamental, a duração deve ficar a critério dos sistemas de ensino; II - para os anos finais do Ensino Fundamental, a duração mínima deve ser de 1.600 (mil e seiscentas) horas; III - para o Ensino Médio, a duração mínima deve ser de 1.200 (mil e duzentas) horas (BRASIL, 1996).

A idade para o ingresso nos cursos de EJA está apoiada no Parecer 06/2010, Art. 5º, obedecido o disposto no artigo 4º, incisos I e VII, da Lei nº 9.394/96 (LDB) e a regra da prioridade para o atendimento da escolarização obrigatória, em que é considerada idade mínima para os cursos e para a realização de exames de conclusão da EJA do Ensino Fundamental a de 15 (quinze) anos completos. Art. 6º Observado o disposto no artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 9.394/96, a idade mínima para matrícula em cursos de EJA de Ensino Médio e inscrição e realização de exames de conclusão de EJA do Ensino Médio é 18 (dezoito) anos completos (BRASIL, 1996).

No que tange a formação dos professores de EJA, no Artigo 62 da LDBEN, determina-se que a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, oferecida em nível médio, na modalidade normal. E os componentes curriculares para EJA seguem os mesmos componentes curriculares do ensino fundamental e médio regular, Artigos 26, 27, 28, 35 e 36 da LDBEN/96 (BRASIL, 1996).

Vale destacar que o percentual de frequência exigida nos cursos de EJA encontra-se no Artigo 24, inciso VI da LDBEN/96, que afirma que o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, sendo exigido a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação. Outra coisa que precisa ficar claro é que os alunos da EJA podem ser registrados no Censo Escolar, pois, conforme a LDBEN/96, no seu Artigo 5º, § 1º, inciso I, enfatiza-se que compete aos estados e municípios, em regime de colaboração, e com a assistência da União recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso. Portanto, está claro que os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) podem ser utilizados de acordo com as ações elencadas no Artigo 70 da LDBEN/96 (BRASIL, 1996).

Portanto, em relação ao direito às verbas do FUNDEB, conforme afirma a LDBEN/96, a EJA é Educação Básica e os alunos registrados no Censo Escolar/INEP/MEC têm direito a estas, desde que a escola cumpra os critérios exigidos para que esses recursos sejam recebidos. Porém, os alunos do curso semipresencial da EJA e os alunos dos cursos à distância não têm direito aos recursos do FUNDEB devido ao fato de não serem registrados no Censo Escolar/INEP/MEC.

Tem-se também, o Plano Nacional de Alimentação Nacional (PNAE), em que os alunos da EJA têm direito conforme a Lei nº 11.507/2007, Art. 3º, na qual se refere que a alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas ao atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Lei e, na Medida Provisória nº 455/2009. Além dessa, outras 3 (três) leis de destaque são: Lei nº 11.494 / 20.06.2007, Lei nº 11.507 / 20.07.2007 e a Lei nº 11.947/16.06.2009, no Art. 1º, institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à EJA, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências. E com isso, os alunos também têm direito a esse programa (WARSCHAUER, 2014, p.191-203).

As escolas podem abrir turmas de EJA, tanto no período da manhã quanto da tarde. É uma medida que é fundamental para que se atenda às necessidades desses alunos que desejam se matricular conforme sua realidade. Outro dado importante é que os alunos da EJA têm direitos iguais aos demais alunos das instituições de Ensino, como: acesso a biblioteca, empréstimos de livros, receber livros didáticos, utilização de todos os laboratórios que a escola dispõe e os demais direitos citados acima. Porém, os filhos de mães que estudam no horário noturno, não têm direito à creche, pois não existem ainda, normas que amparem essa questão. Compete ao estado ou município deliberar sobre esse assunto.

O município de Presidente Kennedy-ES tem os dados educacionais citados abaixo, os quais trazem uma preocupação, pois não foram encontrados dados referentes à Educação de Jovens e Adultos, como mostra a tabela.

Tabela 2 - Matrículas no Município de Presidente Kennedy-ES

IDEB – Anos Iniciais do Ensino Fundamental (Rede pública) [2017]	5,9
IDEB – Anos Finais do Ensino Fundamental (Rede pública) [2017]	4,0
Matrículas no Ensino Fundamental [2018]	1.823 matrículas
Matrículas no Ensino Médio [2018]	297 matrículas
Docentes no Ensino Fundamental [2018]	149
Docentes no Ensino Médio [2018]	22
Número de estabelecimentos de Ensino Fundamental [2018]	15
Número de estabelecimentos de Ensino Médio [2018]	1

Fonte: Biblioteca-IBGE (2020).

Diante do exposto, é preciso questionar: é possível considerar essa população como dependente? Qual é o aspecto que mais reflete esse perfil, uma vez que poucas foram às oportunidades ofertadas a esses usuários para eles experimentarem a possibilidade de uma vida mais digna, sobretudo porque os mesmos se colocam em muitas situações como usuários permanentes da Assistência Social por direito e não

por perfil de vulnerabilidade. Vale lembrar que essas mudanças socioeducacionais, em caráter emancipatório, estão sendo detectadas, portanto, em uma velocidade extremamente lenta. Salienta-se que a estratégia possível de diálogo entre as políticas públicas poderia ser construída por meio da intersectorialidade, ademais, o público-alvo é o mesmo. De acordo com os autores Paiva, Haddad e Soares (2019):

A verdade é que grande parte do atendimento na modalidade da EJA não está nas mãos do governo federal, mas sim na dos governos estaduais e municipais. Sua presença indutora, no entanto, é significativa, [...] além de influir nas políticas e no destino dos recursos. Nossa avaliação é a de que vamos entrar em um período de desmonte do que foi construído no plano federal, porém com grande esperança sobre o papel dos governos estaduais e municipais - que venham a compreender a gravidade da ruptura do direito e assumir nas esferas de atuação, com recursos próprios, o dever com a educação desses sujeitos de direito (PAIVA; HADDAD; SOARES, 2019, p.15).

Um dilema a ser entendido e resolvido, devido ao fato de acreditar que uma vez detectado o motivo que faz com que muitos usuários permaneçam na mesma condição socioeducacional, mesmo tendo acompanhamento social, oferta de estudo nos formatos de Educação de Jovens e Ensino Fundamental, Ensino Superior e Formação em cursos técnicos totalmente acessíveis com transporte gratuito, alimentação e profissionais competentes para participar dessas políticas, é o fato de permanecerem numa situação de não emancipação, enquanto sujeitos sociais de direito, e sim de dependência. Castro (2019) aborda que:

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de resistência, visto que do ponto de vista histórico, perpassa por inúmeras dificuldades e desafios postos no cotidiano para garantia e legitimidade de direitos educacionais e sociais, muitas vezes (des) legitimados pelas ausências dos governos em cumprir as políticas públicas educacionais, especificamente, as metas 8, 9, 10 e 11 previstas no Plano Nacional de Educação/ PNE (2014-2024) (CASTRO, 2019, p. 12).

Continua o questionamento: por que essas pessoas não conseguem atingir a emancipação? Será que as políticas públicas empregadas então tendo como foco a emancipação dos usuários? Há um trabalho de rede que viabilize este diálogo no qual possibilite estudos de caso a caso? Estão sendo implantadas condicionalidades que esclareçam e impliquem aos usuários/educandos que precisam ser corresponsáveis, para que este seja contemplado de plena forma com as políticas públicas que lhe são ofertadas?

[...] Cabe, pois as Instituições educacionais se comprometerem com uma política de inclusão e de garantia de espaço do adulto na Escola, o que implica em uma disposição para a reflexão e para a consideração dessas especificidades, no delicado exercício de abandono e de criação, de reordenação e de práticas pedagógicas da Educação de Jovens e Adultos. O adulto de hoje deve compreender a diferença que a educação para ele, mesmo na idade em que se encontra, fará no seu dia a dia: melhorias sociais, financeiras, psicológicas entre outras das inúmeras que virão com o conhecimento (SILVA; BAHIENSE; GHAZALEH, 2018, p. 124).

Assim, precisa-se refletir como fazer valer essa lei sendo que, na prática dos trabalhos, a população não possui conhecimento do significado do que se trata a autodeterminação, que nada mais é que os princípios fundamentais dos direitos humanos e significa autonomia, abrangendo autorresponsabilidade, autorregulação e livre-arbítrio de um ser humano. Porém, o “ser humano” só possui condições de viver, isso se, a ele, for de conhecimento, este, por sua vez, somente se dá através da escolarização. Uma vez que ofertada gratuitamente a educação, esta precisa ser firmada dentro das necessidades básicas de um indivíduo, possibilitando a este ter mais compromisso com o seu próprio aprendizado, para que o mesmo possa compreender, ao mínimo, seu papel na sociedade, de forma que não se submeta a ser utilizado como massa de manobra, e sim, possa exercer com responsabilidade e autonomia suas decisões, mas na realidade não é o que se observa.

Atualmente, veem-se usuários aguardando várias ações da política de Assistência Social, tendo uma visão de que seus direitos lhes são garantidos, mas por falta de conhecimento, o acesso a estes se torna quase impossível de ser viabilizado para atender as demandas. Tem-se também, o fato de que as emancipações das famílias dependentes de benefícios que foram criados para serem temporários se tornam permanentes, dado a falta de iniciativa do poder público e do próprio usuário de não permanência nos programas e projetos quem tem por meta caráter emergencial. De acordo com Moraes *et al.* (2017):

Os momentos de intensas expectativas no cenário de grandes transformações sociais, políticas e econômicas no Brasil são evidentes, tendo como pano de fundo as crises governamental e ética, a instabilidade financeira, a fragilidade das forças convergentes para fortalecimento da garantia de direitos e, especificamente, um grande abismo entre o que foi planejado para os avanços educacionais nas próximas décadas e as medidas que estão sendo tomadas pelo Governo Federal, com graves consequências para as esferas subnacionais – os Estados e os Municípios – que têm grande

responsabilidade com a educação básica. Neste contexto de profundas mudanças, onde e como fica a educação e, mais ainda, como torná-la de qualidade para a grande maioria ou mesmo a totalidade do povo brasileiro? (MORAES *et al.*, 2017, p. 30).

Portanto, é necessário refletir, como já dito anteriormente, sobre como fazer essa lei ter relevância, uma vez que esse fato não é visto na prática dos trabalhos, devido à falta de conhecimento da população perante as leis e aos direitos a ela concedida. Logo, muitas vezes, esses indivíduos acabam na margem da sociedade, sem utilizar de seus direitos ou, sequer, procurar esses serviços, já que não há incentivo, por parte do poder público, em oferecer um atendimento especializado e adequado. Não somente isso, o acesso à educação se torna mais difícil, o que complica ao cidadão conseguir sua própria autodeterminação e, desse modo, termina por se sujeitar como uma ferramenta do que uma pessoa com liberdade e pensamento crítico. Com isso, deve-se encontrar uma forma de haver um compromisso entre o cidadão e o poder público, juntamente com os serviços sociais disponíveis e existentes, a fim de promover todas as oportunidades destinadas às pessoas que precisam desses serviços.

Visto isto, é importante considerar que a intersectorialidade é a forma mais eficaz para que se possa trabalhar, tanto com os educandos quanto com os usuários, com orientação e educação para que estes apresentem autonomia na sua própria vida; um trabalho mais focado na condicionalidade deve ser elencado e revisado dentro de suas próprias políticas, tendo como foco principal a emancipação de maneira autônoma desses indivíduos. Portanto, dessa forma, as reuniões de rede fortalecem a intersectorialidade não só dos equipamentos da Assistência Social, mas principalmente entre políticas, que tem em comum o público e os objetivos da melhoria de qualidade de vida para uma sociedade mais autônoma e independente.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa empírica e documental, bem como a análise frente aos objetivos elencados para essa dissertação que foram: Conhecer a percepção dos gestores das políticas públicas da EJA e da Assistência Social sobre a intersetorialidade entre essas políticas públicas; e, identificar as ações intersetoriais das políticas públicas da EJA e da Assistência Social, no município.

Vale ressaltar que, dentre os 10 direitos socioassistenciais, regularizados pelo Conselho Nacional de Assistência Social na V Conferência Nacional de Assistência Social Estratégias e Metas para Implementação da Política de Assistência Social no Brasil (2005 p. 2) destaca-se o sétimo, intitulado: “Direito à Proteção Social por meio da intersetorialidade das políticas públicas”, que apresenta a importância da Educação e da Assistência Social desenvolverem ações, tendo, na intersetorialidade, a sua maior ferramenta de gestão intersetorial:

Direito, do cidadão e cidadã, à melhor qualidade de vida garantida pela articulação, intersetorial da política de assistência social com outras políticas públicas, para que alcancem moradia digna trabalho, cuidados de saúde, acesso à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à segurança alimentar, à segurança pública, à preservação do meio ambiente, à infraestrutura urbana e rural, ao crédito bancário, à documentação civil e ao desenvolvimento sustentável (UNIDADE III AS BASES DE ORGANIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SUAS NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE SUPERVISÃO TÉCNICA DE PRESIDENTE KENNEDY, 2021, p. 26).

Este mesmo documento, criado pela Assistência Social do município pesquisado, destaca ainda que:

Certamente, vivemos em tempos de construção de uma nova CULTURA INSTITUCIONAL que exige não somente a apropriação de seus princípios, diretrizes, eixos e de sua arquitetura institucional, mas, fundamentalmente, a compreensão dos fluxos operacionais e os das concepções que orientam o seu processo de gestão (UNIDADE III AS BASES DE ORGANIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SUAS NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE SUPERVISÃO TÉCNICA DE PRESIDENTE KENNEDY, 2021, p. 20).

Contudo, o município de Presidente Kennedy ainda não elaborou formalmente o fluxo de atendimento à população da Assistência Social, entretanto: “Frisa-se aqui a importância de estabelecer fluxos e articulação entre os níveis de complexidade do Sistema - Proteção Social Básica e Especial - CRAS e CREAS ou CRAS e serviços

regionalizados” (UNIDADE III AS BASES DE ORGANIZAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DO SUAS NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE SUPERVISÃO TÉCNICA DE PRESIDENTE KENNEDY, 2021, p. 41).

Mediante a inserção profissional da pesquisadora no contexto da operacionalidade cotidiana das duas Políticas Públicas em discussão nesta pesquisa, torna-se oportuno e, com certa “liberdade poética”, esboçar um desenho das ações contempladas no fazer profissional, na materialidade da realidade atual, de técnicos envolvidos:

Figura 2 - Concepção do Fluxo de Atendimento das Políticas Públicas no Município de Presidente Kennedy, com centralidade na Assistência Social



Fonte: Autoria própria (2021).

Mediante o fluxo de atendimento das políticas públicas que ocorre atualmente no município, a política pública de Assistência Social atende a cerca de mais da metade

da população do município de Presidente Kennedy, tendo isto como fato que norteia a pesquisa, de que o mesmo público circula nas duas políticas constantemente, direcionando a pesquisa aos gestores dessas duas grandes políticas públicas: Educação na modalidade Educação de Jovens e Adultos e Assistência Social.

Os 10 participantes da pesquisa foram nomeados por pseudônimos, cuja escolha foi inspirada em nomes de pedras (ANEXO 2). Desta maneira, Ágata, Ametrino, Calcedônia, Coral, Coralina, Crisocola, Diamante, Dolomite, Esmeralda e Rubi narraram sobre as políticas públicas do Município de Presidente Kennedy. Com exceção de Diamante e Esmeralda que residem em outros municípios, os demais, há mais de 10 anos, residem em Presidente Kennedy – ES.

Ao analisarmos os dados pôde-se identificar *a priori* como se faria acontecer a intersetorialidade entre as políticas em discussão. Os dados provenientes das entrevistas foram organizados e categorizados por Eixos Temáticos, Subeixos e Unidades de Registro, a saber: Relação entre Estado e sociedade; Avaliação da Qualidade de Ensino; Política Pública de Educação de Jovens e Adultos (EJA); Compreensão sobre a Política de Assistência Social; Intersectorialidade entre política pública de Assistência Social e Educação (EJA); Diálogo entre as políticas públicas; Entendimento sobre a Intersectorialidade; Ações e/ou Projetos Intersectoriais; Emancipação das famílias usuárias das Políticas Públicas; Ações que poderiam ser mais potencializadas pelo poder público; Implementação de estratégias socioeducacionais; Efetivação da Intersectorialidade entre as Políticas Públicas.

Quadro 6 - Entendimento sobre as Políticas Públicas

EIXO TEMÁTICO	SUBEIXOS	UNIDADES DE REGISTRO
Relação entre Estado e sociedade	Garantia de direitos aos cidadãos	Promoção de bem-estar à sociedade
	Normativas	Direitos e deveres
		Ordenamento do país

Fonte: Criação da autora (2021).

O entendimento dos participantes acerca das políticas públicas foi bem diversificado, conforme Souza, que também pesquisou o município de Presidente Kennedy, este cita que:

Deve expressar a articulação entre as políticas públicas, através do desenvolvimento de ações conjuntas, independentemente do nível de atenção, e dedicar-se ao enfrentamento das desigualdades sociais identificadas nas distintas áreas (SOUZA, 2020, p.12).

“Garantidora de direitos” (ÁGATA).

“Diretamente associada à questão política e governamental, ou seja, na relação entre Estado e sociedade” (CALCEDÔNIA).

“No geral, município, estado ou União, por meio de dados, implementam políticas para atender os anseios da sociedade, como, por exemplo, na educação e na saúde”. E conclui que as políticas públicas: “são ferramentas que promovem o bem-estar da sociedade” (AMETRÍNO).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), destaca-se que

[...] é a sociedade, quer queira, quer não, que educa moralmente seus membros, embora a família, os meios de comunicação e o convívio com outras pessoas tenham influência marcante no comportamento da criança. E naturalmente a escola também tem (BRASIL, 1997, p. 73).

Contudo, Vázquez apresenta que: “[...] é um conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações dos indivíduos numa comunidade social” (VÁZQUEZ, 1990, p. 25).

“São normativas que [...] vão direcionar o que vai acontecer na educação, na saúde e na segurança. Para o funcionamento de um país as políticas públicas são indicadas para isso” (CORAL).

“É tudo que envolvem direitos e deveres de uma sociedade, todas as ações que são promovidas” (CRISOCOLA).

“Na política pública de assistência social todos os benefícios aqui no Cras, às coisas eram tudo junto, única, igual. Nós estamos separando” (DIAMANTE).

“Trazem benefícios com relação ao município e elas existem, acontecem e são de fundamental importância para a população” (DOLOMITE).

“No âmbito das políticas públicas nacionais, estaduais ou municipais visam alcançar o bem-estar da sociedade, e é de interesse público” (ESMERALDA).

“É um conjunto de programas, ações e projetos visando o desenvolvimento, e o crescimento de um município que tem que ser articulada” (RUBI).

As Políticas Públicas visam uma igualdade entre os indivíduos da sociedade, porém, sabemos que para se atingir este nível de igualdade para todos, garantindo os direitos mínimos para um cidadão usufruir dignamente, é preciso bem mais que boa vontade e um planejamento impecável, é preciso que realmente se tenha uma interação entre as Políticas, portanto, Camilo (2020) nos lembra a luta histórica visando a inclusão dentro da garantia de direitos.

[...] A história tem nos mostrado a luta da humanidade pela busca de soluções engenhosas para situações críticas através da construção de novos paradigmas tendentes a transformar uma sociedade mais justa e igualitária. Os conceitos de inclusão, integração, direitos humanos, equiparação de oportunidades, autodeterminação e qualidade de vida constitui dispositivo importante para alcançar objetivos que resultem na consideração da pessoa e na garantia de expressão de seus direitos (CAMILO, 2020, p.13).

Quadro 7- Análise da Política Pública de Educação

EIXO TEMÁTICO	SUBEIXOS	UNIDADES DE REGISTRO
Avaliação da Qualidade de Ensino	Garantir o acesso	Ofertar estrutura
	Promover e melhorar a qualidade de Vida	Curriculum de Ensino/ Aprendizagem

Fonte: Criação da autora (2021).

Mezomo (1993) realiza uma reflexão sobre a avaliação educacional como uma visão única e individual, onde nos remete a uma visão única do indivíduo, baseada em padrões que atendam as características do indivíduo e não de um padrão de conhecimento pré-imposto pela sociedade:

De fato, quem vai dizer se ela tem “qualidade” ou não, são seus clientes e não a conformidade com os indicadores que ela mesma elegeu [...] É desta forma que a “avaliação” será efetivamente objetiva e não correrá o risco de ser viciada por preconceitos ou posições pré-estabelecidas de quem a executa (MEZOMO, 1993, p.159).

“Atende a maioria dos que dela demandam, porém precisa de mais investimento financeiro, para que os profissionais possam se capacitar” (ÁGATA).

“Visa garantir o acesso de todos à educação, além de avaliar e ajudar a melhorar a qualidade do ensino entende-se que as políticas adotadas aqui no nosso município, ao longo do tempo, têm contribuído para garantir o acesso do cidadão” (CALCEDÔNIA).

“Promove excelência com qualidade, tanto da educação primária quanto os alunos de graduação, mostrando que a todo tempo a gente pode melhorar” (AMETRÍNO).

“Se trata de políticas públicas que vêm dos poderes executivos e legislativos. Eu acredito e tenho ciência de que tudo vai muito bem. No quesito de que todos que delas demandam estão sendo atendidos dentro do que é necessário à sua subsistência” (CRISOCOLA).

“Com certeza com e mais empenho, para que seja potencializada uma situação que possa atender esse grande número de usuários para educação” (DIAMANTE).

Diante deste desafio de se empoderar, os usuários das políticas de Educação e Assistência Social, tendo como foco a emancipação dos mais dependentes, principalmente das políticas sociais, pondera-se que:

[...] o aspecto social e de maneira econômica dos menos favorecidos, participar ativamente na escola pode ser a única oportunidade de adquirirem conhecimento poderoso e serem capazes de caminhar, ao menos intelectualmente, para além de suas circunstâncias locais e particulares (YOUNG, 2007, p. 1297).

“Pode ofertar o curso de nível superior e o curso técnico, inclusive também de mestrado. Então, isso é um grande avanço na política de educação” (DOLOMITE).

“Precisa como toda política, de ofertar o serviço desde a estrutura até o ensino e o aprendizado” (ESMERALDA).

“Se encontra em último lugar de educação no estado e o estado do Espírito Santo está em primeiro lugar no Brasil. Na Educação Básica do município há uma perspectiva da gestão, da inclusão dos sujeitos do município, nessa política pública” (RUBI).

Pensando num futuro para educação, Silva (2010) discute:

Qual é o tipo de ser humano desejável para um determinado tipo de sociedade”? Sobressai ainda que, o ser humano se estabelece alterar-se de inúmeras formas. Portanto, “a cada um desses modelos de ser humano corresponderá um tipo de conhecimento, um tipo de currículo. Além de uma questão de conhecimento, o currículo é também uma questão de identidade (SILVA, 2010, p.15-16).

(Adere-se aqui a visão de Silva (2010), Lopes e Macedo (2011) que apontam de forma crítica que o currículo é idealizado de forma a ligar a relação que remete ao poder, constrói a realidade, nos governa, constrange “nosso comportamento, projeta nossa identidade, tudo isso produzindo sentidos” (LOPES; MACEDO, 2011, p. 41).

Diante do exposto, vale enfatizar que a importância de um curriculum adequado ao seu público tem um maior valor, levando a um melhor aproveitamento de conteúdos. Um curriculum, com um direcionamento, deve atender dentro da realidade de uma sociedade que precisa refletir dentro de sua cultura e dificuldades socioeconômicas, a qual precisa ser empoderada de seus direitos e deveres não se privando de uma reflexão sobre as diversidades das mesmas.

O conhecimento tem o poder de transformar uma vida acomodada e sem perspectiva para uma vida com comprometimento social e repleto de esperança e empoderamento de seu próprio futuro.

Quadro 8- Avaliação da Política Pública de Educação de Jovens e Adultos

EIXO TEMÁTICO	SUBEIXOS	UNIDADES DE REGISTRO
Política Pública de Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Desafios	Curriculum Acessibilidade Acesso
	Direito a uma nova oportunidade	Público específico
	Possibilidades	Incentivos e oportunidades

Fonte: Criação da autora (2021).

A percepção dos entrevistados sobre a Política Pública de Educação de Jovens e Adultos se mostra da seguinte forma. As práticas adequadas para o aprendizado de jovens e adultos requerem maior respeito as suas experiências, Freire (1979) cita que:

A alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador. Esta é a razão pela qual procuramos um método que fosse capaz de fazer instrumento também do educando e não só do educador (FREIRE, 1979, p. 72).

“Não estou familiarizada com o conteúdo, mas em estrutura deixa a desejar” (ÁGATA).

Na visão freiriana, a Educação de Jovens e Adultos aponta:

Cada um de nós é um ser no mundo, com o mundo e com os outros. Viver ou encarnar esta constatação evidente, enquanto educador ou educadora significa reconhecer nos outros - não importa se alfabetizados ou participantes de cursos universitários, se alunos de escolas do primeiro grau ou se membros de uma assembleia **(sic)** popular - o direito de dizer à sua palavra. Direito deles de falar a que corresponde o nosso dever de escutá-los (FREIRE, 1989, p. 26).

“O Ensino Fundamental na Educação de Jovens e Adultos, enquanto política de educação destinada a pessoas que, na maioria das vezes, teve que sair da escola quando jovem para o trabalho com os pais. Educação essa que é um direito preconizado na constituição” (AMETRINO).

“Ainda não existe. Na escola os alunos não conseguem atingir um bom desenvolvimento” (CORAL).

Como retrata Paiva (2015), a primazia da política de Educação destaca que:

[...] eram tempos em que a educação popular e a ação política passaram a estar indissolavelmente associadas nos corações e nas mentes dos que adquiriram consciência política no período (PAIVA, 2015, p. 8).

O público usuário das políticas de Educação de Jovens e Adultos, em sua maioria, busca o retorno à escola para uma oportunidade de emprego ou até mesmo para manterem-se no mesmo, não se preocupam em adquirir uma aprendizagem que os tornem mais críticos, um certificado de conclusão é o bastante para eles, com isso, a sociedade está se tornando cada vez mais submissa as mazelas sociais, pois não basta ter a escolaridade atestada num documento se não a tem como conhecimento adquirido que leve a questionamentos sobre as políticas das quais são usuários.

Uma vez nessa condição de massa de manobra não questionadora, mas submissa as decisões de seus empregadores, muitas das vezes, quando não são bombardeados por informações mal interpretadas que são despejadas pela mídia, onde, na maioria das vezes, tem como objetivo distorcer a realidade, faz com que estes cidadãos usuários das políticas de Educação e Assistência se tornem cada vez menos preparados para discernirem sobre o que realmente os podem capacitar para se tornarem usuários consistentes de seus direitos e deveres.

“É um pouco diferente, porque a realidade da educação é totalmente diferente, atende a um público que não teve a oportunidade na idade certa que por algum motivo não estudaram, são pessoas que já têm uma idade avançada. Trabalham o dia todo e já chegam cansadas” (CRISOCOLA).

Segundo Moura (2003), nas suas contribuições ele recorda que:

Com a proclamação da República, mesmo o país passando por transformações estruturais no poder político, o quadro educacional não sofreu mudanças significativas. O modelo educacional continua privilegiando as classes dominantes (MOURA, 2003, p. 31).

Assim, como vemos as percepções de autores renomados e profissionais que atuam na gestão de um município de pequeno porte, fica claro que o olhar da política pública de educação e do perfil de seus usuários não mudou com o tempo, ainda se visa privilegiar uma minoria e não o contexto da realidade em que vivemos.

“Na educação você consegue focar na vida da família” (DIAMANTE).

“Precisa de alguns ajustes, de algumas melhorias para atender um público em geral, principalmente do interior, porque o nosso município tem a extensão territorial muito grande” (DOLOMITE).

“É boa, mas precisa ser aprimorada para que realmente cheguem, ao público, as ofertas de serviço muito bom” (ESMERALDA).

“Um programa [modalidade], que precisa disso, nessa perspectiva do futuro mais inovador, para inclusão. E precisa criar critérios, parâmetros de qualidade da educação, leitura e escrita. O domínio do conhecimento visando projeto de vida e a elaboração de programa de avaliação continuada” (RUBI).

Estudiosos como Gadotti e Romão (2011) apresentam, de modo bem realista, à modalidade Educação de Jovens e Adultos:

O aluno adulto não pode ser tratado como uma criança cuja história de vida apenas começa. Ele quer ver a aplicação imediata do que está aprendendo. Ao mesmo tempo, apresenta-se temeroso, sente-se ameaçado, precisa ser estimulado, criar autoestima, pois a sua 'ignorância' lhe traz tensão, angústia, complexo de inferioridade. Muitas vezes têm vergonha de falar de si, da sua moradia, de sua experiência frustrada da infância, principalmente em relação a escola. É preciso que tudo isso seja verbalizado e analisado. O primeiro direito do alfabetizando é o direito de se expressar (GADOTTI; ROMÃO, 2011, p. 47).

De acordo com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), que resistia ao caráter supletivo que vivificava até então. A Lei registra-se a primeira menção acerca da Educação de Jovens e Adultos.

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si (BRASIL, 1996).

Quadro 9 - Avaliação da Política Pública de Assistência Social

EIXO TEMÁTICO	SUBEIXOS	UNIDADES DE REGISTRO
Compreensão sobre a Política de Assistência Social	Entendimento sobre a política	Onde atua
	Atende as demandas	Quem é o público de direito

Fonte: Criação da autora (2021).

Muitos discutem a “Questão Social, nesta ocasião entendida como o conjunto de expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura” (IAMAMOTO, 2001, p. 27).

“Está funcionando e atendendo às demandas, nos últimos cinco anos” (ÁGATA).

“No geral, essa Política entende como assistencialismo. Eu acho que precisamos tirar esse assistencialismo, temos um longo caminho pela frente. Já percebi que, de 2015 para cá, a Assistência teve uma mudança, mas que precisamos mudar muito” (CALCEDÔNIA).

É real que a Política Pública de Assistência Social obteve muitos avanços nos últimos anos, bem como a Educação, contudo, é fato que é de suma importância que se faça um acompanhamento em nível de rede socioassistencial para que sejam analisados, de forma cronológica, os avanços e desafios que estamos vivendo atualmente.

Acontecimentos recentes nos mostram que as Políticas Públicas atuais precisam de uma conscientização mais ética e focada na essência do bem maior para qual foram criadas e não uma política partidária, que visa favoritismo a uma memória, um trabalho árduo, mas que deve perder a crença para atingir essa excelência, não pode ser uma

utopia e sim, uma meta de para o futuro que deve ser trabalhado, desde a escolarização inicial, independente que seja, na Educação de Jovens e Adultos.

Desse modo, Couto, Yazbek e Raichelis (2012) destacam a importância da Política Pública no Brasil, que:

Apoiada por décadas na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, que configurou um padrão arcaico de relações, enraizado na cultura política brasileira, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como não política, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012, p. 55).

“Funciona, mas eu acho que pode melhorar. Atender o público sem instrução, que não tem condições de fazer cursos, fica difícil a emancipação dessas pessoas. Estamos no caminho certo como na educação. Coloco também no patamar de bom e o nosso sonho é chegar a excelência. No melhor, até porque as Políticas de Assistência social trabalham o direito das famílias” (AMETRÍNO).

“A Política Pública de Assistência Social é parecida com o Conselho Tutelar, porque sempre que buscamos ajuda e as assistentes [sociais] encaminham para o Conselho [Tutelar], não sei como funciona direito” (CORAL).

No entendimento de Yazbek (2004):

[...] é necessário romper com a ideia do direito como favor ou ajuda emergencial prestada sem regularidade e através de um processo de centralismo decisório; romper também com a lógica de que a assistência social sobrevive apenas com os recursos residuais do investimento público (serviços pobres para pobres!) e ainda: romper com o uso dos recursos sociais de maneira clientelista e patrimonialista (YAZBEK, 2004, p. 102).

A política de Assistência Social requer reformas que bardem setores nas áreas técnicas, acadêmicas, bem como os gestores que estão à frente dessas administrações de recursos e emprego do mesmo. Muitos são os desafios, e sem uma reforma onde se potencialize a realidade atual, levando em conta o olhar dos técnicos que atuam na linha de frente, fica difícil atender com eficácia as demandas enfrentadas no dia a dia da execução da política pública de Assistência Social, bem como a de Educação, que possuem tanto em comum, quando se trata do perfil de seus usuários/ beneficiários.

“Condiz lá nos trabalhos da Secretaria. Acredito que estão tentando fazer com muita eficiência, porque todas às vezes que nós temos algum problema, que solicitamos os serviços, nós somos atendidos. Às vezes, não conseguimos resolver os problemas das famílias, mas existem as tentativas, o atendimento acontece” (CRISOCOLA).

“A Política Pública de Assistência Social está acontecendo realmente” (DIAMANTE).

Segundo os autores Thébaud-Mony e Druck (2007), é necessária uma visão geral da Política Pública de Assistência Social.

[...] Certamente, esse campo hoje tem sido tensionado pela necessidade que a sociedade capitalista tem apontado, no sentido de retomar as conquistas que a duras penas os trabalhadores tiveram no campo da proteção social. Retoma-se a noção de política residual, compensatória, focalizada e, portanto, destituída de caráter transformador. Características que têm sido recorrentes no trato da política de assistência social e que têm exigido uma problematização das questões nodais que interferem na explicitação da política, pois podem constituir-se em campo fecundo do pensamento conservador, atrelando seus serviços à reafirmação da não política (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007, p. 23).

Compreender que a intersetorialidade entre as Políticas Públicas de Assistência Social e Educação de Jovens e Adultos são necessárias para se alcançar a emancipação de uma sociedade vulnerável, principalmente quando se refere a vulnerabilidade social. Uma vez que o adulto que hoje é usuário da política de Assistência Social, estando inserido na política de Educação de Jovens e Adultos, tem maior possibilidade de se emancipar com os conhecimentos adquiridos, porque as oportunidades de emprego poderão ser bem maiores.

“Ela atua de fato, tentando atingir todo o município. Nós criamos uma equipe para fazer a busca ativa em todo município que seria o CRAS itinerante e infelizmente, por conta da pandemia nós não conseguimos aprimorar os serviços, mas foi pensando em fazer contato para que o serviço da assistência social chegasse àquele munícipe que não consegue chegar aos serviços para resolução dos seus problemas” (DOLOMITE).

“É para quem dela precisa, de uma política de garantia de direitos” (ESMERALDA).

Segundo as observações de Amâncio (2008):

A LBA foi responsável, desde sua criação em 1942 pela implementação de convênios feitos diretamente entre o governo federal e as entidades

assistenciais. Esta instituição criou a partir disso, uma rede de assistência social não em função da demanda da vulnerabilidade social, mas a partir da demanda das entidades (AMÂNCIO, 2008, p.175).

A eficiência da funcionalidade da rede socioassistencial viabiliza a excelência dos trabalhos voltados para as políticas públicas em geral, que ambicionam uma execução pontual e abrangente dos encaminhamentos feitos aos usuários de ambas as políticas, onde possa se conhecer e com as várias esferas públicas entender as reais demandas, podendo obter um resultado direcionado à emancipação mais rápido e com mais eficiência.

Quadro 10 - Diálogos entre as Políticas Públicas no Município de Presidente Kennedy

EIXO TEMÁTICO	SUBEIXOS	UNIDADES DE REGISTRO
Intersetorialidade entre política pública de Assistência Social e Educação (EJA)	Conhecimento das Políticas de Educação e Assistência Social	Rede socioassistencial
	Atribuições das políticas	Ferramentas de diálogo entre as políticas

Fonte: Criação da autora (2021).

Na concepção de Silva e Silva (2020), para a realização da intersetorialidade com excelência:

[...] É primordial que a política de EJA e a de Assistência Social possuam uma visão conjunta, que é potencializar esses educandos e usuários para que tenham motivação, incentivo e base de escolarização. Condição está para a sua independência social e financeira, através de um trabalho integral e não fragmentado. A emancipação dos sujeitos sociais adultos, responsáveis por seus familiares, é necessária para que esta geração de adultos possua condições de formar jovens menos dependentes da política da Assistência Social (SILVA; SILVA, 2020, p. 3).

Um bom trabalho educacional, feito com os adultos, refletirá diretamente em suas famílias, potencializando-as e as preparando para lidarem com as dificuldades que já enfrentam todos os dias, visto que, com crianças todo o ensinamento é focado no futuro, fato que, com a EJA, tudo que eles aprendem, executam, quase que imediatamente, no seu cotidiano.

Tendo essa premissa, esse público da EJA, na maioria dos casos, é o mesmo público da Assistência Social. Visto isto, o empoderamento acontecerá gradativamente, ajudando assim, nos trabalhos desenvolvidos pelos profissionais da Assistência Social, que contribuem em muito para a conscientização dos usuários.

“O diálogo entre as políticas públicas de Assistência Social e Educação não ocorre como deveria” (ÁGATA).

“Esse diálogo ainda é uma teoria e acredita que futuramente com os trabalhos tende a melhorar” (CALCEDÔNIA).

De acordo com as Ações, Desafios e Propostas do MEC para 2011, a proposta para a Educação de Jovens e Adultos foi de:

[...] Realizar estudos socioeconômicos sobre os educandos da EJA (1) * Acompanhar e fiscalizar os números de educandos matriculados na EJA, declarados nos censos escolares (1) * Registro adequado dos dados do Censo Escolar (4). [...] Definir critérios indicadores o IDH, altas taxas de pobreza, índice de fragilidade educacional na oferta de EJA, dentre outros, que permitam indicar aqueles que mais demandam apoio para a garantia do CAQ (2) *- criar e manter mecanismos para o envolvimento de autoridades públicas em todos os níveis administrativos, de organizações da sociedade civil, de parceiros sociais, do setor privado, da comunidade e organizações de educandos adultos e de educadores no desenvolvimento, implementação e avaliação de políticas e programas de aprendizagem e educação de adultos - Promover e apoiar a cooperação intersetorial e interministerial - Governança (MEC, 2011, p. 3).

Quando for realmente efetivada uma maior interação entre as políticas de Assistência e Educação de Jovens e Adultos, melhor serão os resultados em ambas, visto que pouco do que se pensa para a EJA é executado, o mesmo vale para a Assistência Social.

Sobre o diálogo entre as políticas públicas de Assistência Social e Educação, os participantes da pesquisa destacaram que:

“Deveria ser ou da maneira que a gente consiga acesso, quando se precisa buscar informação, pode melhorar” (AMETRÍNO).

“Ocorre sim, através de solicitações de relatório, pois sempre que eles nos solicitam nos disponibilizamos” (CORAL).

“Sempre que visualiza algum problema na escola, entrar em contato e solicita a presença de uma assistente social ou de uma psicóloga ou de um conselho tutelar nessa questão que nós somos atendidos” (CRISOCOLA).

“Esse diálogo agora que está começando a experiência porque eu sou adepta a resolver problemas” (DIAMANTE).

Com vistas na análise de Silva e Silva (2020, p.1): “As políticas públicas se constituem em ações sociais coletivas que objetivam garantir direitos, com compromissos e tomadas de decisões com determinadas finalidades”.

Muitos estudos estão alertando com relação à necessidade de uma execução aprofundada do trabalho intersetorial, uma vez que, as políticas precisam interagir entre a elas. A falta dessa interação gera um trabalho falho e, às vezes, sem o resultado esperado.

“Conversam e poderiam conversar mais, um contato maior entre a política pública de Assistência com a política pública de Educação e de Saúde, são as três políticas fundamentais” (DOLOMITE).

“O diálogo ocorre sim, conversa através dos estudos de casos geralmente bimestralmente, porém no momento, as reuniões foram suspensas devido à situação da pandemia. E um exemplo de como essas políticas são importantes, podemos trabalhar juntos traçando planos de trabalho juntos” (ESMERALDA).

“A política de Assistência Social e as demais políticas precisam de reuniões mensais, iguais aos Conselhos Municipais de Educação. Não existe política pública, de certo se você não incluiu sujeitos culturais nela, não faz sentido. Esse é o grande problema” (RUBI).

Quadro 11 - Exemplos de como as Políticas Públicas no Município de Presidente Kennedy poderiam dialogar

EIXO TEMÁTICO	SUBEIXOS	UNIDADES DE REGISTRO
Diálogo entre as políticas públicas	Ações de compartilhamento de informações	Estudo de caso
	Rede socioassistencial	Encaminhamentos
	Formação entre as políticas	Fóruns
		Capacitações

Fonte: Criação da autora (2021).

As políticas públicas do município enfrentam muitos desafios. Segundo Bahiense, Silva e Ghazaleh (2018),

O grande desafio da gestão pública de Presidente Kennedy é equacionar o maior PIB *per capita* nacional com o IDH num crescimento muito lento, o que é um paradoxo a ser resolvido dado ao fato de que este município possui o maior valor disponível em royalties para investir em desenvolvimento. [...] Uma questão que devemos analisar é a importância da educação adulta hoje, para que o jovem de amanhã saiba valorizar as oportunidades que estão por vir, caso contrário nem o adulto de hoje nem o jovem e nem o adolescente saberão o quão importante e a educação escolar em suas vidas, de forma que não terão chance para poderem almejar uma condição menos dependente e mais produtiva e empreendedora (BAHIENSE; SILVA; GHAZALEH, 2018, p. 10).

Municípios pequenos, como o que estamos nos referindo, refletem as dificuldades de um trabalho mais técnico e impessoal, gerando um desafio para a maioria dos profissionais. Em alguns momentos isso é um problema, mas em outros, pode ser visto como um trunfo uma vez que, realmente conhece-se a história regional do usuário de ambas as políticas.

“Campanhas, projetos e planejamento em conjunto e afirma que estão sendo realizados” (ÁGATA).

“O diálogo entre essas políticas ainda não tem tanto, ainda não. Percebi a falta que está fazendo a rede. Já seria um grande passo, se a rede começar a trabalhar, eu vejo isso” (CALCEDÔNIA).

“Essas políticas poderiam trabalhar mais. As políticas públicas de Assistência e de Educação, em conjunto. Trabalho de Rede é primordial para excelência nos serviços” (AMETRÍNO).

Segundo as análises de Couto (2015):

Cabe ainda a missão de enfrentar o desafio de não se submeter ao trabalho fiscalizatório que tem sido requerido tanto no que concerne às condicionalidades do Bolsa Família, como aos critérios excludentes dos programas da política de assistência social. Parece ser esse um caminho possível para enfrentar o pensamento conservador tão presente na atualidade (COUTO, 2015, p. 672).

“A feirinha existe para quem o pequeno produtor e as pessoas que não conseguem devido à maioria dos nossos adultos estarem na condição de analfabeto funcional, não tendo capacidade de conseguir um trabalho” (CORAL).

“Acredito que uma das formas seria reuniões bimestrais para articular programas ou projetos que poderíamos trabalhar em conjunto” (CRISOCOLA).

Como nos relata Barbosa (2007):

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, como tema de política educacional, é historicamente marcada por ações fragmentadas e descontínuas, em geral oferecidas via programas e/ou campanhas desenvolvidas para alfabetização, sem que, no entanto, tenham sido institucionalizados programas mais amplos de atendimento à demanda de escolarização de jovens e adultos. Apresentar um ou mais autores de artigos, tese ou dissertação para fundamentar as falas (BARBOSA, 2007, p. 105).

A Educação de Jovens e Adultos vem se reformulando e sendo considerada, cada vez mais, com seriedade, uma vez que, foi percebido através de relatos de educadores que os educandos após terem tido a oportunidade de aprender, mudaram suas histórias e valorizam cada vez mais a Educação. Deixaram também de depender de benefícios do governo. Desta forma, hoje, neste Município, para ser educador desta modalidade é necessário ser especialista na área, uma grande valorização da função e do trabalho que o mesmo exerce.

“Não tem muito conhecimento sobre o assunto” (DIAMANTE).

“Ocorre a conversa, mas nós poderíamos aumentar esse processo, isso com reuniões com capacitações, talvez para melhorar esse processo. Um exemplo é o trabalho em redes, as reuniões são fundamentais” (DOLOMITE).

“Podemos trabalhar juntos, traçando planos de trabalho juntos” (ESMERALDA).

“Se reunir frequentemente, para desenvolver ações em conjunto seria uma ação primordial” (RUBI).

Com relação à metodologia de trabalho, Thébaud-Mony e Druck (2007) afirmam que:

[...] compreendido como processo social constituído pela amplificação e institucionalização da instabilidade e da insegurança, expressa nas novas formas de organização do trabalho – onde a terceirização/subcontratação ocupa um lugar central - e no recuo do papel do Estado como regulador do mercado de trabalho e da proteção social através das inovações da legislação do trabalho e previdenciária. Um processo que atinge todos os trabalhadores, independente de seu estatuto, e que tem levado a crescente degradação das condições de trabalho, saúde (e de vida), dos trabalhadores e da vitalidade da ação sindical (THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007, p. 31).

Quadro 12- Entendimento sobre a Intersetorialidade entre as Políticas Públicas no Município de Presidente Kennedy

EIXO TEMÁTICO	SUBEIXOS	UNIDADES DE REGISTRO
Entendimento sobre a Intersetorialidade	O que significa	Políticas envolvidas
	Como está acontecendo	Beneficiados pela intersectorialidade

Fonte: Criação da autora (2021).

Compreender as ações intersectoriais, requer entender o sentido de políticas públicas na sua execução, de forma intersectorial, segundo o dicionário:

Envolve mais de uma divisão ou subdivisão de um órgão público ou de uma empresa responsável por um serviço ou assunto específico: reunião intersectorial de gestão pública (DICIONÁRIO. BR. 2021).

Atualmente se refere muito sobre intersectorialidade, mas para que ela ocorra é preciso um trabalho eficaz em rede, onde os setores envolvidos, ou não, possam estar a par das questões discutidas, para que uma vez sendo necessária a participação de um determinado setor, este saiba como será sua atuação intersectorial, tendo como foco a eficácia das políticas públicas, tanto na esfera municipal quanto estadual.

“Acontece a conversa entre setores e secretarias com objetivo de atender os direitos dos munícipes” (ÁGATA).

“Trabalha em parceria contribuir com fortalecimento dos direitos sociais e ainda efetivar política de emancipação financeira de cidadãos em riscos sociais porque, porque não é só Presidente Kennedy. Eu vejo está em geral... Eu vejo que os próprios usuários se acomodam naquela posição que eles estão, se não começar a trabalhar em cima desses usuários, eles nunca vão ter independência, certeza” (CALCEDÔNIA).

De acordo com Inojosa (2001, p.103), a intersectorialidade visa a “articulação de saberes e experiências para a solução sinérgica de problemas complexos”.

“Entendo intersectorialidade dessa forma: você identifica uma sala projeto e poderia conversar com as políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos e Assistência Social identificam. Tem um projeto e a família é uma política federal, um benefício de transferência de renda que requer um trabalho conjunto da Educação e da Assistência” (AMETRÍNO).

Alguns gestores já conseguem entender a importância de se trabalhar a intersectorialidade entre Educação e Assistência Social, atentos que compartilhamos do mesmo público, e se não houver um trabalho mais dialogado entre essas políticas, será difícil executar as ações em conjunto com um aproveitamento positivo.

“A intersectorialidade seguramente é a melhor forma de trabalhar assim: de você conversar melhor com as outras políticas. Nós temos condições de atingir a melhoria realmente” (CORAL).

“Então intersectorialidade é um conjunto. É um trabalho em conjunto. São ações que são pensadas em conjunto, por todos os segmentos. Um resumo de tudo que já pontuei: a gente andar juntinho, a escola da Assistência Social, Conselho Tutelar... Todos que envolvem no trabalho voltado para as famílias” (CRISOCOLA).

“É importante para a gente entender o que acontece em cada política e como uma política pode complementar outra, na verdade é intersectorialidade” (DOLOMITE).

“A intersectorialidade das políticas públicas, classes de mecanismo de integração de ações e saber de diferentes setores, um exemplo: integração entre a rede e trabalhar junto e etc.” (ESMERALDA).

“É a forma que a gestão pode utilizar para executar programas e projetos onde sejam inseridas as parcerias, com mais de uma política” (RUBI).

De acordo com Oliveira (2021):

[...] pensar a intersectorialidade exige considerar os limites impostos pela fragmentação na execução das políticas, pela racionalização com a redução dos recursos e pelos conflitos de interesses, que trazem, muitas vezes, o deslocamento dos projetos de Estado. Há que se considerar, ainda, os importantes limites impostos pela política de focalização da pobreza. Enfim, limites impostos a partir das concepções subjacentes ao desenho das políticas (OLIVEIRA, 2021, p. 8).

Por fim, e em maior conformidade com a perspectiva dialética, há os que percebem a presença de contradições e conflitos nas relações intersectoriais e isso indica, no âmbito dessa temática, o prenúncio de uma abordagem analítica mais complexa, dinâmica e relacional, a qual pode ser mais bem explicitada a partir do exame da contribuição que o conceito de interdisciplinaridade poderá fornecer à noção de intersectorialidade.

Ela está bem desenhada através de Leis, Portarias, Diretrizes e Normas Operacionais nacionais, porém, na prática não está acontecendo. Portanto, exige-se algumas mudanças para que se efetive, pois quando são trabalhadas de forma isolada, tanto as informações sobre os serviços públicos utilizados quanto os direitos podem estar sendo violados, tornam-se inacessíveis e isso dificulta as ações pensadas de uma forma macro, o que impossibilita a obtenção de resultados mais expressivos.

De acordo com Santos (2017):

A intersetorialidade é considerada uma política de gestão das políticas públicas, que se encontra em construção. As políticas públicas de educação e assistência social vêm se construindo ao longo do tempo enquanto políticas de direito no Brasil, chegando à contemporaneidade efetivada como tal, e buscando articularem-se (SANTOS, 2017, p. 16).

Assim, as ações precisam ser pensadas verdadeiramente em conjunto, oportunizando a criação de novas ideias e de formas de trabalho, e não simplesmente unir ações que no momento atual já é feito por área. Além disso, ressalta-se que a intersetorialidade, no sentido de articulação das políticas e integração, para alcançar um objetivo comum, necessita de consenso nas instâncias deliberativas com participação dos representantes dos setores educacionais, para potencialização de ações que objetivem o desenvolvimento da qualidade na Educação. Vale salientar que, quando se trata de intersetorialidade, cada setor mantém a sua especificidade, porém, para tornar-se eficiente, deve buscar-se maior articulação entre eles.

Diante do exposto, pode-se afirmar que é muito importante a potencialização da ação das Secretarias da Assistência Social e da Educação para uma articulação intencional dos saberes e das práticas, pelos atores sociais e na implementação de uma determinada política para o alcance na questão da EJA no município de Presidente Kennedy-ES.

Segundo Castro (2019):

Ainda existem muitos enfrentamentos e ações precisam sair do papel para garantir a legitimidade de direitos à modalidade de Educação de Jovens e Adultos, a saber: a aprovação da Diretriz Operacional da EJA, a reestruturação do Currículo em Movimento da EJA em conformidade com a Base Nacional Comum (BNCC), ampliação da oferta de vagas nas escolas em comunidades de alta vulnerabilidade social e econômica e no sistema prisional, o cumprimento da meta 11 do (PDE) para a profissionalização na Educação de Jovens e Adultos até o ano de 2024 (CASTRO, 2019, p. 13).

Portanto, vale considerar que a intersectorialidade é a forma mais eficaz para que se possa trabalhar educandos e usuários com orientação e educação, para que este tenha autonomia na sua própria vida. Um trabalho mais focado na condicionalidade deve ser elencado e revisado dentro de suas próprias políticas, tendo como foco principal a emancipação, de maneira autônoma, desses indivíduos.

Tendo na intersectorialidade um mecanismo de trabalho entre as Políticas de Educação e Assistência Social, são notórias as positivities que surgirão futuramente, na execução de ações conjuntas em prol da independência socioeconômica do cidadão.

Quadro 13- Proposições de Ações e/ou Projetos Intersetoriais para as Políticas Públicas da Educação de Jovens e Adultos e da Assistência Social no Município de Presidente Kennedy

EIXO TEMÁTICO	SUBEIXOS	UNIDADES DE REGISTRO
Ações e/ou Projetos Intersetoriais	Conhecer as políticas públicas envolvidas.	Discriminação de competências de cada política

Fonte: Criação da autora (2021).

Conforme Irlanda (2016), a questão intersectorial relacionada à EJA e às demais políticas precisa de um olhar mais comprometido:

[...] a gestão das políticas públicas precisa levar em conta a intersectorialidade na EJA, visando resolver os problemas que impedem o acesso e a permanência do estudante na escola, tais como a deficiência dos serviços públicos. Os meios de transporte precisam fornecer linhas e horários que possibilitem o acesso dos estudantes às escolas na entrada e que possibilitem as mesmas linhas na saída de forma gratuita e efetiva. O alto índice de violência nos centros urbanos, principalmente nos cursos noturnos, impede o ingresso de muitos, por isso, é necessário o aumento do policiamento do batalhão escolar de forma regular e permanente (IRLANDA, 2016, p. 5).

O educando da EJA é um contribuinte que utiliza não só a política de Assistência, mas também a Saúde, entre outras. Dessa forma, é fundamental que a intersectorialidade

ocorra entre as políticas públicas do município, para que este munícipe seja contemplado com um serviço de qualidade.

“Não identifico nenhuma ação ou projeto em conjunto das Políticas Públicas de Educação de Jovens e Adultos com a Assistência Social” (ÁGATA).

“Para mim é articulação de saberes e experiências para solução. O que eu entendo sobre isso, aconteça ação a partir da articulação dos saberes da prática pelos atores sociais envolvidos, na implementação de uma determinada política. Eu penso isso, entendeu? Assim, não gosto de ficar parado, mas penso desse momento” (CALCEDÔNIA).

“Eu vejo que essa ação, com outras ações, como outros projetos de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos com a Assistência devem trabalhar em conjunto. É porque aquele jovem, aquele adulto que deixou de ir para escola quando era jovem para poder ir trabalhar. Às vezes as famílias são famílias em vulnerabilidade social. Para a emancipação das famílias usuárias dessas políticas públicas é preciso que haja um conjunto de ações, políticas... Levar emprego a essas famílias e que elas possam ser emancipadas financeiramente” (AMETRÍNO).

“Nós tínhamos as campanhas, mas infelizmente, acabaram e não teve continuidade” (CORAL).

Almeida (2007) concebe que a:

Intersetorialidade, parte do compromisso ético-profissional de cada ator que a opera. A postura ética dos gestores e o clima ético da organização podem estimular ou reprimir o desenvolvimento de uma política social ativa (ALMEIDA, 2007 p. 118).

Para que ocorra a intersetorialidade é preciso que os profissionais tenham, em primeiro lugar, foco e compromisso com o seu trabalho, tendo como prioridade um trabalho que o eleve como profissional e não somente no quesito financeiro.

“Já funciona ou tenho ouvido falar de alguma coisa que dá para fazer. Então é como já citei, também acontece de uma maneira talvez, mais distante, porque quando a gente se solicita um serviço, um do outro, então ela acontece, mas não da maneira digamos assim, com bastante eficiência, organizada. Digamos assim, com datas específicas, encontros semanais ou encontros mensais que fazemos tudo pudesse ser discutível, acontece na maneira que a necessidade surge. Muito bom, não tem um projeto específico para focar nesses trabalhos, nessas situações” (CRISOCOLA).

“Sim um adolescente aprendiz, por exemplo, foi selecionado. Adolescente em situação de vulnerabilidade social, porém no decorrer do curso foram identificados alguns adolescentes com muita dificuldade de aprendizagem e no meu ponto de vista, a política de Educação e Assistência deveria conversar e articular para melhor identificar e selecionar os “problemáticos”. Encontrar o que está faltando” (ESMERALDA).

“Esse programa [modalidade] da EJA é muito bom, mais não é o suficiente. A Assistência deveria fazer alguma coisa para que essas pessoas tenham mais oportunidades” (RUBI).

De acordo com o Ministério da Educação (1997):

[...] O ato criador prova natural estado de satisfação? Decorrente do poder de criar..., e essa alegria gera valores mais importantes que mobilizam sentimentos de autoconfiança nos alunos e os leva a sentir e descobrir outros valores fundamentais a vida (BRASIL, 1997, p. 49).

Quadro 14- Emancipação das famílias usuárias das Políticas Públicas no Município de Presidente Kennedy depende de...

EIXO TEMÁTICO	SUBEIXOS	UNIDADES DE REGISTRO
Emancipação das famílias usuárias das Políticas Públicas	Foco no objetivo dos projetos	Benefícios alcançados
	Ações com objetivos a emancipação	Condicionalidades/ contrapartida do usuário

Fonte: Criação da autora (2021).

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (2004):

As condicionalidades e condições para que estados, Distrito Federal e municípios contem com o co-financiamento federal na Assistência Social, bem como em relação aos mecanismos de transferência de recursos, aos critérios de partilha e de transferência desses recursos a serem adotados pelas três esferas de governo. A presente Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), retoma as normas operacionais de 1997 e 1998 e constitui o mais novo instrumento de regulação dos conteúdos e definições da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) que parametram o funcionamento do SUAS (BRASIL, 2004, p.11).

“As duas políticas são complicadas, dada a vulnerabilidade de seus usuários. É preciso uma ação informativa de conscientização da população, pois estão presos à mesmice, com pouca perspectiva” (ÁGATA).

“Perguntas fáceis eu queria que sim, que a partir da identificação feita pelo Sistema Educacional das habilidades, Assistência Social proporcionada, curso profissionalizante que facilitaria que o cidadão de risco social fosse inserido no mercado de trabalho, mas atualmente nós não temos um projeto no programa específico de antigamente, até ter vários cursos, mas

hoje a agência de treinamento, à nossa mente no momento, está parada” (CALCEDÔNIA).

“Uma das ações que devem ser feitas: não há emprego sem a educação. Tem outros assuntos, e também que outras ações que o município pode estar executando para que a gente possa atender a essas famílias e que a gente possa também levar aí na situação delas. Mas eu acho que o primordial é a questão do emprego. A taxa de desemprego é muito grande e isso afeta diretamente às famílias, na emancipação delas. Aí é uma situação financeira que eu digo: políticas públicas devem atuar com mais empenho para que seja potencializado, na situação desse grande número de usuários” (AMETRINO).

O município ainda tem muitos desafios para alcançar a excelência na execução das políticas públicas, pois não é o único que passa por um crescimento e sem planejamento, conforme Faustino nos indica, a intersetorialidade é como uma ferramenta de grande importância:

O desafio de superar a fragmentação das políticas sociais no interior do aparelho do estado municipal é uma questão que se discute desde os anos 1980, mas é somente no final da década seguinte que a proposta de intersetorialidade começa a ser testada na prática (FAUSTINO, 2014, p. 5).

“Acredito que precisamos de muito mais diálogo entre os setores políticos, pois não há atualmente, uma interação que nos permita esse diálogo” (CORAL).

Considerando Oliveira (2020) ao ressaltar que as desigualdades sociais devem ter uma maior análise:

Os trabalhadores não se limitavam a conseguir que as desigualdades sociais fossem reconhecidas, e sim, clamavam pela intervenção dos poderes políticos na regulação pública das condições de vida e de trabalho. Devido a este fato, a classe trabalhadora organizada pressiona o Estado para assumir suas demandas como expressões da Questão Social (OLIVEIRA, 2020, p. 23).

“Na verdade, não consigo ver porque estou há pouco tempo nessa gestão, mas creio que com o tempo faremos a diferença” (DIAMANTE).

“O que falta na verdade é de tudo um pouco... Alguns casos, algumas famílias delas ainda não conseguiram se desenvolver na parte educacional. Têm dificuldades, por mais que o município forneça tudo, algumas famílias ainda têm dificuldades dessa forma. Buscando em cima, estudando e aí a gente vive isso muito aqui na Assistência que acaba não podendo passar

de um curso, por conta de escolaridade, trabalhar na roça... Lá na roça, algumas famílias por mais que... Não sei, qual é essa dificuldade” (DOLOMITE).

A realidade do Município em questão, por ser de pequeno porte, tem uma renda média elevada por pessoa, proveniente de *royalties*, se comparada a seu número de habitantes. Porém, a administração precisa, em caráter de urgência, investir recursos em políticas públicas que desenvolvam não só o município, mas principalmente seus munícipes, visto que é uma população, em sua maioria, culturalmente agrícola. Uma adaptação para receber empresas que virão atraídas pelo *Porto Roterdã* deixa o Município em uma condição de desenvolver-se em tempo recorde, para que não ocorra uma desestruturação desgovernada de aumento de população e tudo que desemboca com ela, sem políticas públicas estruturadas e preparadas, o impacto social nas classes menos favorecidas, tende a ser um problema maior.

“Um trabalho em articulação com a rede para que possa garantir direitos e autonomia dos usuários é onde as políticas públicas devem atuar com mais empenho, para que seja potencializada a emancipação desse grande número de usuários. Hoje no meu ponto de vista, eu vejo se na educação básica e também no CRAS” (ESMERALDA).

“Educação eles precisam se educar para que estejam preparados para cuidar de si mesmo” (RUBI).

De acordo com Sposati (2018), a segurança, na área social, não se estabeleceu de forma garantida no exercício, mesmo com uma existência legalizada e formalizada.

Seus três pés, fincados em três políticas, cujas matrizes de atenção são desarticuladas entre si, pois operam por lógicas próprias, não constroem concepção e articulação unitária da Seguridade Social (SPOSATI, 2018, p. 2318).

Quadro 15- Ações que poderiam ser mais potencializadas pelo poder público municipal de Presidente Kennedy para favorecer a emancipação das famílias usuárias dessas Políticas Públicas

EIXO TEMÁTICO	SUBEIXOS	UNIDADES DE REGISTRO
Ações que poderiam ser mais potencializadas pelo poder público	Projetos Intersetoriais	Critérios e condicionalidades
Emancipação das famílias usuárias dessas Políticas Públicas	Reuniões intersetoriais / estudo de caso	Seleção de público alvo

Fonte: Criação da autora (2021).

Oliveira (2020) define o perfil deste público e as muitas ações que podem ser citadas, contudo, inicialmente é preciso elencar critérios para seleções que devem ser utilizadas para buscar maior anuência das ações, que possam favorecer o público-alvo destas políticas socioeducativas, e relata esse público da seguinte forma:

São organizadas por grupos de acordo com a faixa etária; seu público alvo são crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiências, indivíduos vítimas de violência (psicológica e/ou física) e vítimas de trabalho infantil (OLIVEIRA, 2020, p. 37).

“Em sua afirmação ela nos relata que nas duas áreas em questão, o usuário e o foco de trabalho, e ambas as políticas têm como objetivo emancipar” (ÁGATA).

“Para mim é um processo eu creio que sim, a partir da identificação feita pelo Sistema Educacional e das habilidades da Assistência Social proporcionada no curso profissionalizante, facilitaria ao cidadão em risco social, para ser inserido no mercado de trabalho. As políticas públicas devem atuar com mais dedicação, para que seja potencializada a emancipação” (CALCEDÔNIA).

Após a identificação do público-alvo, os grupos são formados para se trabalhar, considerando as diversidades e as indigências dos usuários, tendo como foco a importância das especificidades de cada um:

Os encontros dos grupos do SCFV devem criar oportunidades para que os usuários vivenciem as experiências anteriormente mencionadas. Isso pode ser efetivado mediante variadas ações. Entre elas, as oficinas, que consistem na realização de atividades de esporte, lazer, arte e cultura no âmbito do grupo do SCFV. Essas atividades podem ser resultado, inclusive, de articulações intersetoriais no âmbito municipal (BRASIL, 2016, p. 16).

“Com capacitação eles têm condições de serem contratados por uma empresa hoje, tendo o conhecimento mínimo. Tem essa questão da educação, essas ações de Educação Básica mais Educação Profissional, porque quando a empresa vem para o município ela quer inserir esse público na empresa. Eu tenho que criar uma forma para que essas pessoas sejam capacitadas para exercer o trabalho daquele emprego. Não adianta eu trazer uma empresa com um emprego tal, se a pessoa não tem condições, não tem subsídio, não tem capacitação para poder exercer profissionalmente seu trabalho. Então eu acho que o município, além da Educação, como eu disse anteriormente, em outras ações inclusive de Educação Profissional Tecnológica para essas pessoas, também ter que aumentar e promover a articulação da intersectorialidade” (AMETRÍNO).

“Não sei ao certo, mas creio que elas devem conversar um pouco mais” (CORAL).

“Então eu acredito que uma maior conversa entre essas políticas com o mesmo objetivo, pode potencializar grandes ações” (CRISOCOLA).

Alguns desafios com relação à intersectorialidade entre políticas públicas são apresentados por Bronzo (2010):

Intersectorialidade consiste em uma estratégia de gestão que se apresenta em diversos níveis da implementação e que se define pela busca de formas mais articuladas e coordenadas das políticas e setores governamentais, pautada pela necessidade de uma abordagem mais abrangente sobre a pobreza e as condições de sua produção e reprodução social (BRONZO, 2010, p. 129).

“Penso que as políticas públicas devem atuar em todas as esferas” (DIAMANTE).

“Em minha opinião a Educação vai ser o carro-chefe para a emancipação. E a Educação, ela vai trazer capacitação, vai trazer ensino e, conseqüentemente, seria o ponto ideal para a situação. Cumprir estratégias educacionais que venham promover a relação da intersectorialidade, promover a articulação da estratégia, são como eu disse antes, as reuniões, as capacitações, para promover a articulação” (DOLOMITE).

“Trabalho com fundo que pode se criar um diagnóstico ativo da situação para melhor” (ESMERALDA).

“Na cobrança por mais respeitabilidade por parte dos beneficiados com as cestas básicas” (RUBI).

Monnerat e Souza (2015) relatam as formas de trabalho orientadas pelo SUAS:

O SUAS tem como principais pressupostos a territorialidade, a descentralização e a intersectorialidade. Entende-se que o paradigma desse sistema articula a descentralização com a intersectorialidade, uma vez que o objetivo visado é promover a inclusão social ou melhorar a qualidade de vida, resolvendo os problemas concretos que incidem sobre a população de um dado território (MONNERAT; SOUZA, 2015, p. 5).

Quadro 16 - Implementação de estratégias socioeducacionais que possam promover a articulação entre as Políticas Públicas de Presidente Kennedy, em prol da intersetorialidade

EIXO TEMÁTICO	SUBEIXOS	UNIDADES DE REGISTRO
Implementação de estratégias socioeducacionais	Articulação entre as Políticas Públicas	Levantamento de demanda
	Estratégias em prol da intersetorialidade	Reuniões intersetoriais

Fonte: Criação da autora (2021).

A intersetorialidade está presente em várias políticas públicas, como nos relata Oliveira (2020):

As profissionais relataram sentir necessidade de maior contato com outros setores para a melhoria do acompanhamento familiar, apontando que as reuniões intersetoriais organizadas pela SEMAS têm ajudado nesse sentido (OLIVEIRA, 2020 p. 74).

“Sim, ambas têm ações Preventivas” (ÁGATA).

“Entre eles, aqueles profissionais do SUS, dessa população economicamente. Educação estabelecendo um vínculo entre eles aqueles profissionais do SUAS a voz dessa população é esse usuário diz favorecida economicamente. Será mais fácil identificar interesses e demandas do contexto do local onde ele reside e na situação atual em que vivemos. Visualiza possibilidade de um trabalho com sucesso, tendo como foco a intersetorialidade. Identificar interesses e demandas do contexto do local, onde ele reside e na situação atual que veem que vivemos. Você visualiza possibilidades de um trabalho com sucesso, tendo como foco a intersetorialidade significativa” (CALCEDÔNIA).

Na concepção de Bellini e Faler (2014), os profissionais das políticas públicas possuem amparo para exercerem seu trabalho intersetorial:

[...] os profissionais podem buscar amparo na legislação e nos textos tanto da Política de Saúde quanto da Política Nacional de Assistência Social, os quais preveem a intersetorialidade como um dos principais pressupostos junto a outros princípios como a integralidade, universalidade e equidade na saúde ou territorialidade e descentralização na assistência social (BELLINI; FALER, 2014, p. 33).

As políticas públicas de Saúde e de Assistência Social executam, na prática, uma versão de intersetorialidade, por serem muito próximas. Enquanto a Política de Educação ainda está paralela às demais, principalmente no município em questão, considerando isso, destaca-se novamente a importância do trabalho em rede de todas as esferas públicas.

“Como eu disse é público da Educação. É público de Assistência e da Saúde que têm um trabalho conjunto. As secretarias e setores que a gente conhece, precisam de estratégias para que possamos levar a Educação Permanente para as pessoas, na situação das famílias para que elas deixem de depender de auxílios e benefícios, que elas possam ter um trabalho, para aumento de dignidade ao ser humano, tendo como foco a intersectorialidade, que todo mundo se comprometa com esse trabalho intersectorial, que abrange todas essas esferas” (AMETRÍNO).

“Acredito que através de reuniões para criar os vínculos entre setores” (CORAL).

“As campanhas, isso enriquece muito o saber do aluno e o ser humano porque eles se identificam muito com o que está sendo passado, que às vezes, o adolescente, as crianças, nós mesmos ficamos tão voltados para o nosso próprio mundo, para os nossos problemas que a gente acha que o outro é diferente e quando a gente se vê no outro. Essas apresentações com essas campanhas que houve um início de apresentações nas escolas, eles se sentem mais à vontade, por se identificar e eles descobrem que o problema não é só da família deles é de um todo. E aí ele tem mais firmeza para lidar com a situação. Acredito que essa parceria é muito importante” (CRISOCOLA).

Oliveira (2020) evidencia uma realidade do município analisado.

[...] Neste município, a Assistência Social tem enorme valor, habilitando-se, em setembro de 2008, na Gestão Básica do SUAS, além de implantar o CRAS em território referenciado por 2.500 famílias, com capacidade de atendimento de até 500 famílias/ano (BRASIL, 2020). Em fevereiro de 2019 o município assinou o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) – Assistência Social, firmado com o Ministério Público Estadual, em que se comprometeu a estruturar a Gestão Municipal, o CRAS, o CREAS, Conselhos Municipais e Conselho Tutelar, Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos e demais equipamentos da Assistência Social (OLIVEIRA, 2020, p. 63).

“Creio que é preciso dialogar sobre essas estratégias” (DIAMANTE).

A política de Educação na modalidade EJA precisa, principalmente, estar presente nas reuniões intersectoriais, pois o educador da EJA conhece a realidade de seu educando, e, uma vez tendo contato com as demais políticas públicas, estarão discutindo um assunto em comum, pois ambos visam o desenvolvimento intelectual de seus usuários, bem como as melhorias de vida.

“Como trabalho voltado à emancipação dos usuários, criando uma autonomia através de ações de superação de vulnerabilidade” (ESMERALDA).

“Acredito que o projeto no qual venho trabalhando será muito útil nesse processo, já que ele busca fomentar o projeto de vida nesse público” (RUBI).

Ribeiro (2015) retrata muitas informações sobre a política pública do SUAS:

Caracterizados por sua heterogeneidade, os usuários do SUAS apresentam demandas e necessidades protetivas diferenciadas exigindo desse sistema uma proteção social voltada para a unidade familiar e para os segmentos vulnerabilizados da população (RIBEIRO, 2015, p. 42).

Quadro 17 - Possibilidades de ações com vistas à efetivação da Intersetorialidade entre as Políticas Públicas no Município de Presidente Kennedy

EIXO TEMÁTICO	SUBEIXOS	UNIDADES DE REGISTRO
Efetivação da Intersetorialidade entre as Políticas Públicas	Articulação entre as políticas	Classificação de público
	Formação de equipe interdisciplinar	Reuniões frequentes
		Elaboração e execução de programas e projetos

Fonte: Criação da autora (2021).

As políticas públicas precisam estar sempre em discussão para uma excelência em sua administração, Oliveira (2020) apresenta uma reflexão:

A articulação entre as políticas ainda se dá em um nível muito embrionário e necessita de maturação. Trata-se de um desafio expressivo, cuja superação requer o envolvimento de gestores e profissionais na construção de uma gestão democrática e comprometida com a integralidade da proteção social (OLIVEIRA, 2020, p. 7).

“Ainda há muito a ser feito, porém sem um trabalho em conjunto e a inter-setorialidade é uma ferramenta, atualmente única, para que o sucesso ocorra” (ÁGATA).

Nos primórdios, os seres humanos já precisavam de uma intervenção social. Segundo Marx (2006):

Os homens [seres humanos] fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado (MARX, 2006, p. 7).

“Com Educação e Saúde a gente leva para o trabalho e para que a gente possa resolver e por definir a situação daquela família, porque às vezes, a pessoa está passando por uma violação de direito. Às vezes alguma dificuldade financeira. Às vezes, também a família tem uma criança que não está sendo assistida na escola. Às vezes, tem uma criança que não está sendo assistida, um remédio, bom trabalho... Atualidade entre a Secretaria de Assistência é importante para que nós possamos resolver de fato, todos os problemas que a gente encontra recorrente aqui, no nosso município” (AMETRÍNO).

“Acredito que é preciso uma boa equipe para que isso ocorra e que possa intermediar essas ações” (CORAL).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Brasil (2004):

[...] promover atenção às situações de vulnerabilidades apresentadas e prevenir situações de potencial risco pessoal ou social, contribuindo para a inclusão social e a autonomia das famílias, seus membros e indivíduos, bem como para a redução dos índices de eventos (BRASIL, 2004, p. 12).

“Sim, não sei no momento, como isso seria” (DIAMANTE).

“Acredito que como as políticas se complementam, o sucesso com certeza o bem através da junção da complementação de todas as políticas. Então, esse foco na intersectorialidade é muito importante. Acredito que seria um trabalho que o resultado seja um sucesso fumaça. No mais muito obrigada, desde já me comprometo a fazer, vou vendo o resultado” (DOLOMITE).

“É indispensável na oferta de serviço público um trabalho conjunto que se pode criar um diagnóstico” (ESMERALDA).

“Sim, com certeza e principalmente, porque é preciso se fazer um trabalho para que essas pessoas que pegam cesta, não fiquem só sendo beneficiadas. Elas têm que fazer curso, elas têm que ter um projeto de vida, por exemplo: quando elas vierem pegar cesta, elas têm que fazer um curso antes, e depois, entrega a cesta básica e a Educação é a mais preparada para isso” (RUBI).

É importante focar em não interferir na execução dos trabalhos das políticas, parceiros no trabalho intersectorial, pois cada setor tem sua metodologia na execução das ações de intervenção, mas com diálogo e foco nas ações, em busca de um trabalho intersectorial, que vise a excelência no atendimento dos usuários e de suas demandas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se ter contribuído com essa pesquisa para que novas reflexões e possíveis direcionamentos nas execuções dos trabalhos entre as políticas de Assistência Social e Educação, em Presidente Kennedy-ES, ao visar maior excelência nos serviços públicos ofertados, para que este município possa ter um desenvolvimento socioeducativo como uma de suas metas de crescimento do seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

As políticas públicas, voltadas para o desenvolvimento humano, visam atender prioritariamente aos menos favorecidos, no entanto, nem sempre essa meta é atingida, visto que, nenhuma política, por mais que seja organizada, não consegue abranger de forma satisfatória sem que interaja com as demais políticas presentes, na vida do beneficiário, usuário, paciente ou educando.

Essa pesquisa visou apresentar de forma analítico descritivo como ocorre e como são vistos os trabalhos realizados e qual a compreensão dos gestores das políticas públicas que, teoricamente, deveriam estar ligadas diretamente, e conversando com frequência.

A intersetorialidade bem articulada pode ser uma grande ferramenta para o melhor atendimento e a melhor implementação das políticas públicas. Os gestores, que estão na ponta, têm maior conhecimento e participação intersetorial de forma pró-ativa, demonstrando domínio sobre os desafios e as potencialidades das ações intersetoriais das políticas públicas.

Este trabalho potencializou aos gestores, “despertando-os” para uma ferramenta pouco utilizada, mas que é de suma importância para a execução dos trabalhos, diminuindo os entraves do dia a dia, sobretudo por estarmos vivenciando um período de pandemia da covid-19, as informações vindas dos mais interessados, com relação às políticas públicas.

Este trabalho pretendeu visibilizar uma realidade de uma região rica em recursos de *royalties*, com uma população pequena, porém, com uma extensão territorial privilegiada enquanto gestão pública, ainda com reflexos das administrações municipais anteriores que, infelizmente, pouco exerceram suas atribuições comprometidas para com a sociedade, como esperado.

Atualmente a gestão municipal tenta capacitar alguns gestores com programas, dentro da política de Educação. Esta ação vem contribuindo para a formação dos profissionais, atuantes na “ponta”. Há valorização do conhecimento acadêmico que começa a ser mais reconhecido que a amizade política, de forma que os profissionais estão sendo mais ouvidos, e foi observado que o interesse de buscar conhecimento, passou a ser uma característica de bom funcionário, algo enriquecedor para o município.

Nas entrevistas foi possível atentar sobre questões que antes não eram detectadas, como um trabalho mais interligado entre as políticas públicas de Educação, em especial a EJA, e a Assistência Social. É válido destacar que, em alguns momentos, constatou-se o pouco conhecimento dos gestores entrevistados enquanto participantes das ações referentes às políticas parceiras, e como elas atuam, era de seu total desconhecimento. E também, em que momento, ambas estariam interligadas.

A pesquisa cumpriu com os objetivos propostos de identificar a intersectorialidade das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Assistência Social no município de Presidente Kennedy - ES, pois se percebeu que essas políticas não conversam como deveriam.

Quanto a conhecer a percepção dos gestores das políticas públicas da EJA e da Assistência Social sobre a intersectorialidade entre essas políticas públicas, contactou-se desconhecimento por parte deles sobre a relação entre ambas.

Com relação a identificar as ações intersectoriais das políticas públicas da EJA e da Assistência Social no município, foi constatado que não é vivenciada pelos gestores entrevistados: articulação e diálogos que requer a intersectorialidade nas políticas

públicas, devido ao trabalho ocorrer de maneira isolada e pontual, quando o munícipe que acessa as políticas públicas pesquisadas, em sua maioria, é o mesmo público.

Atendendo às expectativas, o processo de entrevistas, mesmo com tantos desafios, dado o momento de eleições municipais e a pandemia da covid-19, foi possível ocorrer, pois os entrevistados deixaram transparentes as dificuldades encontradas, enquanto gestores dessas políticas públicas, uma vez que, é novo esse processo de Intersetorialidade, nas práticas de gestão.

Outro ponto marcante desta pesquisa foi o processo desencadeado para a autopercepção dos gestores, que, no ato das entrevistas, pôde-se constatar que muito ainda pode ser feito para melhorar a gestão intersetorial do município, considerando possíveis ações intersetoriais que venham a ampliar os trabalhos de forma mais objetivados, tendo como metodologia um maior contato entre os gestores das políticas públicas municipais.

Questões como uma maior interação entre os profissionais atuantes nas políticas públicas de Educação e de Assistência Social, enquanto uma ferramenta foi compreendida pelos gestores de ambas as políticas, visto que, eles conseguiram detectar pontos positivos quando se trata de emancipação e Educação de Jovens e Adultos. Destacaram que ainda realizam trabalhos isolados, sem a participação efetiva de gestores de outra Secretaria, e que com vistas a um trabalho com excelência, ou seja, com trocas de informações, torna-se mais difícil.

A intersetorialidade entre as políticas de Educação e Assistência Social, que são grandes políticas públicas e possuem recursos para realmente causar mudanças na sociedade, impacta positivamente na economia municipal ao potencializar ainda mais o crescimento do município, de forma permanente e positiva. Com isso, pode-se tornar a população mais independente e capaz de entender seus direitos e se responsabilizar por seus deveres, tornando-se mais autônoma de sua própria vida socioeconômica.

REFERÊNCIAS

- ABREU, S. E. A. de. **Pesquisa e análise documental**. 2017. Disponível em: www.unievangelica.edu.br/gc/imagens/noticias/1817/file/01.pdf. Acesso em: 19 maio 2020.
- ALMEIDA, F. J. R. de. Ética e desempenho social das organizações: um modelo teórico de análise dos fatores culturais e contextuais. **Rev. adm. contemp.**, vol.11, n.3, pp. 105-125, 2007. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8133/2/evento_003%20-%20Maria%20Isabel%20Barros%20Bellini.pdf. Acesso em: 05 abr. 2021.
- AMÂNCIO, J. M. **Parcerias entre Estado e Sociedade Civil: Significados e Desafios na Gestão de Políticas Públicas. O Caso da Assistência Social em São Paulo**. Campinas: Unicamp, 2008.
- BARBOSA, M. J. Avaliação das repercussões sociais do projeto “Tempo de Avançar”. In: Regina Vinhaes Gracindo (Org.). **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/5895/1/2009_tese_mjbarbosa.pdf. Acesso em: 05 abr. 2021.
- BELLINI, M. I. B.; FALER, C. S. **Intersectorialidade & fragmentação: partículas a respeito Intersectorialidade e políticas sociais: interfaces e diálogos**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2014.
- BICHIR, R. S. J., S; SIMONI JUNIOR, S.; PEREIRA, G. Sistemas nacionais de políticas públicas e seus efeitos na implementação o caso do Sistema Único de Assistência Social (Suas). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, nº. 102, Jan. 31, 2020.
- BRANCO, C. R. A “Questão Social”. **Na Origem do Capitalismo: pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels**. 2006. 181 f. mestrado em serviço social Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas: 2006. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp019167.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 jun. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 22 set. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm Acesso em: 17 mar. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:** ética e temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1997. v. 8.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). **Política Nacional de Assistência Social:** PNAS/2004. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. **Conselho Nacional de Assistência Social - V Conferência Nacional de Assistência Social Estratégias e Metas para Implementação da Política de Assistência Social no Brasil,** Brasília, 08 de dezembro de 2005, p. 2. Disponível: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/CNAS-10-direitos-socioassistenciais.pdf>. Acesso em: 07 set. 2021.

BRASIL, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade Diretoria da Política Pública de EJA. **Ação/ desafios/ propostas para 2011.** Disponível em: <http://www.ceeja.ufscar.br/acoes-e-desafios>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Secretaria Nacional de Assistência Social Departamento de Gestão do SUAS Coordenação - Geral de Implementação e Acompanhamento da Política de Rh do SUAS - **NOB - RH/SUAS.** Brasília: dezembro, 2011.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 90, de 15 de setembro de 2015.** Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc90.htm. Acesso em: 22 set. 2021.

BRASIL. **Caderno de orientações Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (MDS).** Brasília, DF, 2016.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 105, de 12 de dezembro de 2019.** Acrescenta o art. 166-A à Constituição Federal, para autorizar a transferência de recursos federais a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios mediante emendas ao projeto de lei orçamentária anual. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc105.htm. Acesso em: 22 set. 2021.

BRASIL. **Portaria nº 109, de 22 de janeiro de 2020.** Regulamenta a averiguação dos requisitos do art. 30 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, no exercício de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-109-de-22-de-janeiro-de-2020-239403712>. Acesso em: 22 set. 2021.

BRONZO, C. Intersetorialidade, autonomia e território em programas municipais de enfrentamento da pobreza: experiências de Belo Horizonte e São Paulo. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 35, p. 119-160, jul./Dez.2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/200/194>. Acesso em: 12 abr.2021.

CAMILO, T. B. **Processos Constitutivos da Educação Especial para Universitários: Estudo de Caso**. 2020. 67 f. Dissertação. (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local) - Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória - EMESCAM, 2020. Disponível em: [dissertao-final-da-aluna-thtira-balestrero-camilo.pdf](#) (emescam.br). Acesso em: 25 fev. 2021.

CASTRO, C. M. **Estrutura e apresentação de publicações científicas**. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

CASTRO, A. C. de. **Eja e a resistência: silenciamento, desmonte e ausências das políticas públicas**. 2019. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/eja-e-a-resistencia-silenciamento-desmonte-e-ausencias-das-politicas-publicas/>. Acesso em: 19 maio 2020.

COUTO, B.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A política nacional de assistência social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, B. et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2012.

COUTO, B. R. Assistência social: direito social ou bem-estar? **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez. 2015. Disponível em: scielo.br/pdf/ssoc/n124/0101-6628-ssoc-124-0665.pdf. Acesso em: 05 abr. 2021.

DICIONÁRIO online de português. **Intersetorial**. Disponível em: <https://s.dicio.com.br/intersetorial.jpg>. Acesso em: 11 abr. 2021.

ESPÍRITO SANTO. **Lei nº 9.966/2012**. Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social no Estado do Espírito Santo – SUAS-ES e dá outras providências. Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LO9966.html>. Acesso em: 22 set. 2021.

FAUSTINO, T. Q. S. A Intersetorialidade no Sistema Único de Assistência Social: um diálogo com a literatura atual. In: **Revista Perspectivas em Políticas Públicas**. Editora: UEMG. Belo Horizonte – MG. dezembro de 2014.

FRANZINI, A. A intersetorialidade como princípio inovador da gestão das políticas de assistência social, saúde e educação na garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes em situação de evasão escolar e violência sexual. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8, 2017 Maranhão. **Anais...** Maranhão, UFM, 2017.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.) **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. 2016. Disponível em: <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Yolanda%20Guerra%20instrumentalid.pdf>. Acesso em: 13 maio 2020.

HENKEL, K. A categorização e a validação das respostas abertas em surveys políticos. Campinas: **Opinião Pública**, vol. 23, nº 3, set.-dez. 2017.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 5.ed. São Paulo: Cortes, 2001.

IAMAMOTO, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. São Paulo: **Serv. Soc. Soc.**, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017.

IBGE. PNAD Contínua 2017: número de jovens que não estudam nem trabalham ou se qualificam cresce 5,9% em um ano. **Agência de notícias**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano>. Acesso em: 19 jun. 2020.

IBGE. **Cidades – Presidente Kennedy – 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/presidente-kennedy.html>. Acesso em: 22 set. 2021.

INOJOSA, R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. In: **Cadernos FUNDAP**. nº 22. pp.102-110, 2001.

IRLANDA, A.C.L.B. A Educação de Jovens e Adultos e a Intersectorialidade. **Revista Com Censo** • 2ª Edição Especial • Nº 5 • maio de 2016. Disponível em: <http://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/76>. Acesso em: 05 abr. 2021.

LOPES, E. A. de B. e. Sistema de Proteção Social no Governo Lula (2003-2010): Mudança ou Continuidade no Padrão de Intervenção do Estado na Sociedade? Londrina: **Mediações**, V. 24, nº. 1, p. 154-180, Jan - Abr 2019.

LOPES, A. C.; MACEDO, E. **Teorias de Currículo**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARX, K. O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte. São Paulo: Centauro, 2006.

MEZOMO, J. C. **Qualidade nas instituições de ensino**: apoiando a qualidade total. São Paulo: CEDAS, 1993. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/139829/ISSN2236-9708-2011-2838-2847.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 abr. 2021.

MONNERAT, G. L.; SOUZA, R. G. de. Intersetorialidade e Políticas Sociais: Contribuições ao debate contemporâneo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 1, 2015, Paraná. **Anais...** Paraná, 09-12 de junho de 2015.

MORAES, B. M. de *et al.* **Políticas Públicas de Educação** / Rio de Janeiro, RJ: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal Fluminense, 2017.

MORETTI, I. **Metodologia de pesquisa TCC**: um guia passo a passo com exemplos. 2020. Disponível em: <https://viacarreira.com/metodologia-de-pesquisa-do-tcc/>. Acesso em: 19 maio 2020.

MOTA, A. E. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 128, p. 39-53, jan./abr. 2017.

MOURA, M. da G. C. **Educação de Jovens e Adultos**: um olhar sobre sua trajetória histórica/ Maria da Glória Carvalho Moura – Curitiba: Educarte, 2003.

OLIVEIRA, N. **Desafios na Coordenação do CREAS**. 2018. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/desafios-na-coordenacao-do-creas/>. Acesso em: 22 maio 2020.

OLIVEIRA, R.C. **Intersetorialidade entre as Políticas Públicas e seus Efeitos na Escola Pública Brasileira**. Disponível em: www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/24.pdf p.8. Acesso em: 11 abr. 2021.

PAIVA, J.; HADDAD, S.; SOARES, L. J. G. Pesquisa em educação de jovens e adultos: memórias e ações na constituição do direito à educação para todos. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Educação**, vol. 24, 2019.

PAIVA, V. **História da Educação Popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

PASTORINI, A. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PRESIDENTE KENNEDY. **Planejamento estratégico Presidente Kennedy – 2018-2035**. Disponível em: <https://www.portocentral.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Livro-para-o-site.pdf>. Acesso em: 22 set. 2021.

RIBEIRO, A. C. A. **Um estudo sobre o Suas na Paraíba**: um olhar a partir da territorialização dos serviços de proteção social nas 14 regiões geoadministrativas, 2015, Paraíba. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2015.

SANTOS, E. F. dos. **O desafio da Intersetorialidade entre Educação e Assistência Social**: Escola Vila Esperança, CRAS Espaço Esperança e Grupo Primavera. Santos: Americana, 2017.

SANTOS, M. B. dos. A pesquisa bibliográfica como instrumento emancipatório nos alunos de educação à distância. Salvador: **Estudos IAT**, v.4, n.1, p. 57-68, março, 2019.

SILVA, T. T. da. **Documentos de Identidade**: Uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, A. H. *et al.* Análise de conteúdo: fazemos o que dizemos? Um levantamento de estudos que dizem adotar a técnica. São José dos Pinhais, PR: **Conhecimento Interativo**, v. 11, n. 1, p. 168-184, jan./jun. 2017.

SILVA, FP.; SILVA, AMCS. **Intersetorialidade entre as Políticas Públicas de Assistência Social e Educação de Jovens e Adultos**: Estudo de Caso. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/snee/article/view>, pdf. Acesso em: 05 abr. 2021.

SILVA, P. F; BAHIENSE, M. B. E; GHAZALEH, A. U. S. A. K. Os Impactos das Políticas Públicas em Relação à Evasão Escolar. In: GOMES, S. M., NETO. R. M. P. COELHO. F. P. (Orgs.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local**: Alternativas e Tendências em Presidente Kennedy – Espírito Santo, Editora EMESCAM-Vitória, Espírito Santo, 2018.

SOUZA, M. da C. O. **Intersetorialidade entre as políticas de saúde e assistência social**: possibilidades e limites em Presidente Kennedy – ES. 2020. 119 f. Dissertação (Mestrado em em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local) - Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia – Emescam, Vitória, 2020. Disponível em: [dissertao-final-maria-da-conceio-oliveira-souza.pdf](#) (emescam.br). Acesso em: 25 fev. 2021.

SPOSATI, A. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 7, jul. 2018.

THÉBAUD-MONY, A.; DRUCK, G. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, G; FRANCO, T. (Org.). **A perda da razão social do trabalho: Terceirização e Precarização**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. p. 23-58. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000127&pid=S0103-4979201000030001200019&lng=en: Acesso em: 05 abr. 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

YOUNG, M. Para que servem as escolas? **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n 101, p. 1287-1302, 2007.

WARSCHAUER, M. O conceito “Intersectorialidade”: contribuições ao debate a partir do Programa Lazer e Saúde da Prefeitura de Santo André/SP1. **Saúde Soc.** São Paulo, v.23, n.1, p.191-203, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n1/0104-1290-sausoc-23-01-00191.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2021.

YAZBEK, M. C. As ambiguidades da assistência social brasileira após dez anos de Loas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXV, n. 77, mar. 2004.

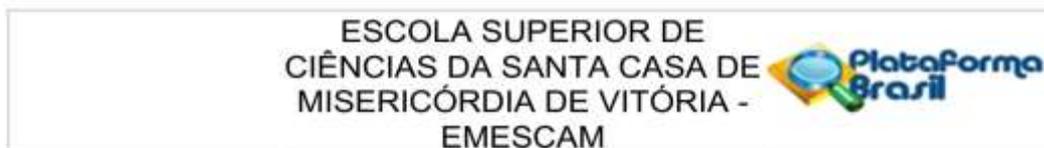
APÊNDICES

APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA


<p>ROTEIRO DE ENTREVISTA COM GESTORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY-ES</p> <p>Data ___/___/2020</p>
1- Em sua opinião o que são Políticas Públicas?
2 – Como você avalia a Política Pública de Educação?
3 – Como avalia a Política Pública da Educação de Jovens e Adultos?
4- E a Política Pública da Assistência Social?
5 – Em sua opinião essas Políticas conversam entre si? Se sim, Como ocorre esse processo?
6- Dê exemplo de como essas Políticas poderiam trabalhar juntas.
7- O que você entende como intersetorialidade?
8- Você identifica alguma ação ou projeto que poderia conversar com as Políticas Públicas da Educação de Jovens e Adultos e da Assistência Social?
9- O que está faltando para que ocorra a emancipação das famílias usuárias dessas Políticas Públicas?
10- Onde as Políticas Públicas devem atuar com mais empenho para que seja potencializada a emancipação desse grande número de usuários?
11- Como implementar estratégias socioeducacionais que venham promover articulação da intersetorialidade?
12- Na situação atual que vivemos, você visualiza possibilidades de um trabalho com sucesso tendo como foco a Intersectorialidade ?

ANEXOS

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Pesquisador: FABIULA PECANHA DA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 29405520.1.0000.5065

Instituição Proponente: Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória -

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.947.667

Apresentação do Projeto:

No município estudado a integração da política social com a economia, tem um histórico de ser extremamente lento na distribuição de renda e vem se reconfigurando gradativamente. Essa pesquisa objetiva identificar os programas e projetos que estão sendo executados nas políticas públicas numa perspectiva de intersectorialidade das Políticas de Assistência Social e Educação, em especial, a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Através de entrevista semiestruturada com gestores e usuários da política de Assistência

Metodologia Proposta: Essa pesquisa qualitativa e documental se propõe a seguir os princípios éticos metodologia orientados pela portaria (CNS) 466/12, A coleta de dados será a priori construída de maneira qualitativa no geral em uma pesquisa de opinião e levantamento de dados estatísticos e documentos mediante disponibilização da instituição para atender os objetivos da pesquisa, utilizando a técnica de entrevista por dois grupos correlacionados de gestores, usuários e educados das políticas de educação e assistência, numa perspectiva direcionada a intersectorialidade. 19 usuários 7 Gestores da educação e Assistência Social. A organização e a análise dos dados seguirão as seguintes vertentes: Analisar os conteúdos coletados através das respostas dos entrevistados. Com as estratégias de separar divididos por categorização e agrupados de acordo com suas questões e suas respostas correlacionadas em

Endereço: EMESCAM, Av.N.S.da Penha 2190 - Centro de Pesquisa			
Bairro: Bairro Santa Luiza		CEP: 29.045-402	
UF: ES	Município: VITORIA		
Telefone: (27)3334-3586	Fax: (27)3334-3586	E-mail: comite.etica@emescam.br	

**ESCOLA SUPERIOR DE
 CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE
 MISERICÓRDIA DE VITÓRIA -
 EMESCAM**


Continuação do Parecer: 3.947.667

suas respectivas categorias. Esta análise se apresentará através de quadros divididos por questões das entrevistas e suas respostas, neste mesmo quadro uma subdivisão discriminando cada participante.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: A intersectorialidade das políticas públicas Educação de Jovens e Adultos e Assistência Social.

Objetivo Secundário: Identificar a intersectorialidade das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Assistência Social no município de Presidente Kennedy - ES.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Os riscos são inerentes a todas as pesquisas que vão atuar com seres humanos, pois apesar de serem mínimos, podem ocorrer. Para reduzir riscos e constrangimentos o agendamento para a entrevista será feito de maneira que haja liberdade de escolha em participar de forma voluntária e colaborativa, sem remuneração, em local reservado e em horário conveniente. Riscos de quebra de sigilo, violação do anonimato, dentre outros, serão minimizados com a adoção de todas as cautelas previstas nas Resoluções do Conselho Nacional de Saúde (CNS) 466/2012 e 510/2016. As fontes serão resguardadas e serão utilizados identificadores alfas numéricos para preservar o sigilo.

Benefícios: Levantar dados reais da qualidade da Educação de jovens e adultos.

Identificar o perfil psicossocial desse público que vive excluída, dependendo de benefícios de políticas públicas de Transferência de Renda.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Proposta de projeto coerente com a realidade do município, considerando as muitas interrogações que levam a rotular o município de Presidente Kennedy, município este identificado de cunho até internacional como uma região muito rica, dado a exploração das jazidas de petróleo no seu litoral. Interessante responder sobre a intersectorialidade das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Assistência Social no município de Presidente Kennedy - ES.

Endereço: EMESCAM, Av.N.S.da Penha 2190 - Centro de Pesquisa
Bairro: Bairro Santa Luiza **CEP:** 29.045-402
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3334-3586 **Fax:** (27)3334-3586 **E-mail:** comite.etica@emescam.br

**ESCOLA SUPERIOR DE
CIÊNCIAS DA SANTA CASA DE
MISERICÓRDIA DE VITÓRIA -
EMESCAM**



Continuação do Parecer: 3.947.667

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos apresentados estão em conformidade com os preceitos éticos exigidos pela Resolução 466/2012.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado por decisão do CEP. Conforme a norma operacional 001/2013:

- riscos ao participante da pesquisa deverão ser comunicados ao CEP por meio de notificação via Plataforma Brasil;
- ao final de cada semestre e ao término do projeto deverá ser enviado relatório ao CEP por meio de notificação via Plataforma Brasil;
- mudanças metodológicas durante o desenvolvimento do projeto deverão ser comunicadas ao CEP por meio de emenda via Plataforma Brasil.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1508453.pdf	21/02/2020 18:59:23		Aceito
Folha de Rosto	FolhaderostoassinadaIntersetorialidade.pdf	21/02/2020 18:57:01	FABIULA PECANHA DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhadoBrochuralInvestigador.pdf	21/02/2020 18:52:16	FABIULA PECANHA DA SILVA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	15/02/2020 19:35:15	FABIULA PECANHA DA SILVA	Aceito
Outros	Outros.pdf	07/02/2020 19:36:14	FABIULA PECANHA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLES.pdf	07/02/2020 19:25:41	FABIULA PECANHA DA SILVA	Aceito
Declaração de concordância	DeclaracaodeConcordancia.pdf	07/02/2020 19:21:29	FABIULA PECANHA DA SILVA	Aceito

Endereço: EMESCAM, Av.N.S.da Penha 2190 - Centro de Pesquisa
Bairro: Bairro Santa Luiza **CEP:** 29.045-402
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3334-3586 **Fax:** (27)3334-3586 **E-mail:** comite.etica@emescam.br